

Ata da 209ª Reunião Ordinária do Conselho
Estadual de Saúde da Bahia (CES/BA)

1
2
3
4 Aos onze dias do mês de junho de dois mil e catorze no Auditório João Falcão Fontes Torres, no Subsolo
5 da Secretaria Estadual de Saúde da Bahia – SESAB, no Centro Administrativo da Bahia (turno
6 vespertino), com as presenças dos senhores membros do Conselho Estadual da Saúde: Washington Luis
7 Silva Couto (Presidente), Déborah Dourado Lopes, Edson Moraes de Oliveira, Eliane Araújo Simões,
8 Fernando Antônio Duarte Dantas, Francisco Jorge Silva Magalhães, Isadora Oliveira Maia, José Pondé
9 Junior, José Silvino Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Leonídia Laranjeira Fernandes,
10 Lílian Fátima Barbosa Marinho, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria Helena Machado Santa
11 Cecília, Mário José da Conceição, Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Secretário Geral), Olívia Santos
12 Pereira, Ricardo Luiz Dias Mendonça, Stela dos Santos Souza (Conselheiros Titulares). Aldenilson Viana
13 Rangel, Célia Maria Alexandria de Oliveira (Secretária Adjunta), Gislene Villas Boas Torres da Silva,
14 Josuéilton de Jesus Santos, Júlio César Vieira Braga, Maria do Carmo Brito de Moraes, Maria Helena
15 Ramos Belos, (Conselheiros Suplentes) e a Sra. Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do CES, para a
16 reunião do CES/BA. Às 14:55h o Senhor Secretário Geral deu início à sessão informando que estava
17 tendo uma dificuldade em se completar o quorum havendo naquele momento cerca de 15 conselheiros
18 somente, por conta da complicação do trânsito envolvendo várias áreas da cidade de Salvador. Solicitou
19 que todos os conselheiros analisassem as atas da 207ª e 208ª reuniões ordinárias do CES que foram
20 entregues a cada um, lembrando que houve dificuldades em ser entregues nas últimas reuniões por conta
21 do tamanho delas transcritas do registro em áudio. Colocou as atas para aprovação, lembrando que a
22 Secretaria Executiva do CES já havia enviado para o e-mail de todos os conselheiros com bastante
23 antecedência para análise. As atas da 207ª e 208ª reuniões ordinárias do CES foram aprovadas à
24 unanimidade. Convidou o Sr. Ricardo Luiz Dias Mendonça para compor o Conselho Estadual de Saúde
25 (CES) como representante titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em substituição a Edson
26 Conceição de Araújo. “Teríamos também a posse do conselheiro Edson Conceição indo para a suplência
27 de Ricardo, é só uma inversão e assim que Ricardo chegar daremos posse ao mesmo.” Fez a leitura das
28 Comunicações da Presidência. COMUNICAÇÕES DA PRESIDENCIA: 1. Cumprindo a Portaria/GM
29 nº 1074 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de
30 Convênios, no seu capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da
31 Saúde a Prorrogação da Vigência do Convênio Federal nº 3054/07 tendo como objeto “AQUISIÇÃO DE
32 EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNIDADE DE
33 SAÚDE” HOSPITAL ROBERTO SANTOS, no valor de R\$11.803.646,28 (onze milhões, oitocentos e
34 três mil, seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e oito centavos). 2. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074
35 de 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu
36 capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação
37 da Vigência do Convênio Federal nº 1624/07 tendo como objeto “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO,
38 MATERIAL PERMANENTE E CURSO DE DE CAPACITAÇÃO VISANDO MELHORIA DO
39 ATENDIMENTO AO PARTO E NASCIMENTO DOS, Hospital de Paulo Afonso, Hospital José Maria de
40 Magalhães Neto, Maternidade Climério de Oliveira, Hospital Prado Valadares, Hospital Manoel Novaes,
41 Hospital Santa Tereza , Hospital Luiz Eduardo Magalhães, Hospital Cleriston Andrade, Hospital Mário
42 Dourado, Hospital do Oeste, Hospital Esaú Matos, no valor de R\$1.245.324,00 (Um milhão duzentos e
43 quarenta e cinco mil, trezentos e vinte e quatro reais). 3. Cumprindo a Portaria/GM nº 1074 de
44 29/05/2008, que aprova o Manual de Cooperação Técnica e Financeira por meio de Convênios, no seu
45 capítulo 5, item 5.3, comunico a este Conselho, que solicitaremos ao Ministério da Saúde a Prorrogação
46 da Vigência do Convênio Federal nº 4594/05 tendo como objeto “AMPLIAÇÃO E REFORMA DE
47 UNIDADE DE (HGE, HGESF, HJBC, HSJ, HGMF) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL
48 PERMANENTE – HGRS, HGESF, HGE, HSJ, HGMF, HJBC, no valor de R\$10.395.235,25 (dez
49 milhões, trezentos e noventa e cinco mil e duzentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos).
50 Observando a presença do conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça no plenário, o Senhor Secretário
51 Geral o convidou para tomar posse representando titularmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT)
52 em substituição a Edson Conceição de Araújo. Franqueou a palavra aos Senhores Conselheiros para
53 fazerem as comunicações de suas entidades. A conselheira Eliane Araújo Simões colocou que sobre os

54 convênios, onde se pedia a renovação, a prorrogação da vigência de convênios, não somente do item 02
55 como do item 03, gostaria de enquanto conselheira, saber como teria o acesso aos convênios, uma forma
56 de acompanhar a aplicação daqueles recursos. “Um milhão duzentos e quarenta, é um negócio
57 assombroso. Na questão 03, cumprindo a Portaria 1074, novamente ampliação e reforma da unidade do
58 HGE, também prorrogação da vigência e do convênio. Gostaríamos de ter algumas informações sobre
59 esses convênios, como andam, o que aconteceu antes em relação, porque está prorrogando a vigência
60 desse convênio, quais os problemas, o que aconteceu antes e o que acontecerá agora? Estamos querendo
61 saber um pouco sobre isso.” O Senhor Secretário Geral destacou que era pertinente aquele tipo de
62 observação como já havia sido feita outras vezes, porque de qualquer forma se tratava de convênios que
63 vinham do ano de 2005 e 2007. “É necessário que vejamos porque esse investimento que deveria ter sido
64 feito desde aquela época até agora não se consubstanciou. Então quem sabe solicitar que possamos
65 verificar com o Fundo Estadual de Saúde (FESBA), com a parte de convênios, solicitar também só um
66 histórico de cada um desses convênios aqui para que saibamos.” Perguntou se a conselheira Déborah
67 poderia dar uma orientação. A conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que representava o
68 Ministério da Saúde e todos os convênios que a conselheira Eliane Simões havia lido tinha GM que
69 significava Gabinete do Ministro. Disse que o Ministério da Saúde repassava recursos para os estados,
70 municípios, Distrito Federal e mais entidades na forma de dois mecanismos: de forma direta e automática
71 fundo a fundo que é quase a totalidade dos recursos, 98% dos recursos são repassados de forma direta e
72 automática nos seis blocos de financiamentos. 24 ações e 123 incentivos. “Um mundo de coisas para
73 compreendermos, porque se não compreendemos o repasse não tem como compreendermos a execução,
74 daí ficamos cobrando, tudo cai no colo da presidente quando na verdade é um recurso descentralizado.”
75 Mencionou que outra modalidade de repasse se dava através de convênios ou similares. A forma de
76 acompanhamento em cada estado é feita pela divisão de convênios do Ministério da Saúde. “Vocês
77 podem ter acesso à informação através do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do
78 Governo Federal (SICONV) que você coloca lá a instituição conveniada e ela vai na verdade passar todas
79 as informações. É acompanhado também pela Controladoria Geral da União, pelos órgãos de controle
80 interno e externo do Ministério.” Ressaltou que convênio era uma modalidade, um repasse muito
81 específico, e quando se tinha um período de execução se tinha dois responsáveis: quem estava repassando
82 o recurso e quem estava recebendo. E tinha um período de vigência. Na própria formulação do convênio,
83 nas cláusulas estava dizendo que poderia ser renovado por X tempo, que a execução dele se daria por X
84 tempo. Então era uma prerrogativa da própria assinatura do convênio, estava lá toda a documentação.
85 Portanto, era só pedir a informação ao Fundo Estadual, de forma resumida, sobre o período de vigência de
86 cada convênio, mas o Ministério da Saúde acompanhava cada um daqueles convênios de forma
87 extremamente individualizada através da Divisão de Convênios que vai acompanhar execução, percentual
88 de cumprimento e a regularidade do recurso. Salientou que se houvesse indício de qualquer suspeita de
89 irregularidade na execução daqueles recursos, estes seriam auditados, tanto pelo Tribunal de Contas da
90 União (TCU) quanto pela Corregedoria Geral da União (CGU) e Sistema de Auditoria. Havia um sistema
91 muito próprio que acompanhava e era extremamente transparente e difícil burlar, porém quem estabelecia
92 o montante era o projeto que iria da SESAB para o Ministério e tinha uma área técnica que fazia a
93 avaliação, aprovava e depois repassava o recurso. O conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça lembrou
94 quem em reuniões passadas foi acordado ali, inclusive ficando como ponto de pauta a presença de um
95 representante do Ministério da Saúde para que explicasse ao CES desde o início do projeto, o andamento,
96 tirar todas as dúvidas, bem como ajudas aos conselheiros a operacionalizar o SICONV. “Ficou pautado e
97 nunca conseguimos colocar isso em prática.” Sugeriu uma reunião apartada da reunião ordinária do CES,
98 porque aquele assunto era muito importante e daria uma contribuição muito grande para o Controle Social
99 sobre a questão dos convênios. “Teremos como cobrar dos municípios essa questão e também do estado a
100 questão dos convênios.” O Senhor Secretário Geral informou que a Mesa Diretora já possuía um quadro
101 com 19 pontos de pauta que iria acompanhando e tentando inserir a cada reunião essas pautas de acordo
102 com a demanda de conselheiro, mas em certos momentos era muito atropelado. “Por exemplo, o que o
103 mês chama de pauta dos movimentos sociais, às vezes temos que adequar a isso também. Temos a
104 questão da saúde mental e AIDS esse mês por conta de coisas que no passado ficaram pendentes, mas
105 temos a questão das crianças recém nascidas que precisaríamos trazer, mas está aqui como pauta o
106 resumo do quadro de convênios que foi proposto inclusive pela conselheira Eliane Simões e só

107 precisamos de um direcionamento sobre o que exatamente queremos. E aí com a inserção que o
108 conselheiro Ricardo trouxe também de direcionar quem queremos que venha aqui fazer uma avaliação
109 neste CES e até explicar esses processos de prorrogação infundáveis de que as coisas não se efetivam por
110 conta disso.” A conselheira Isadora Oliveira Maia informou que nos dias 27 e 28 de maio de 2014 em
111 Brasília havia sido realizada a Plenária de Conselhos de Saúde que estiveram presentes conselheiros
112 estaduais e municipais do estado da Bahia e de todo o Brasil. Disse que houve uma participação de cerca
113 de 1.200 conselheiros, se esperava 1.500 conselheiros e as discussões sempre giravam em torno do
114 Controle Social, dos questionamentos, da participação dos conselheiros, da forma do Controle Social e
115 como estão os conselhos de saúde. “Realmente, essa Plenária de Conselhos foi muito importante porque
116 deu voz aos conselheiros que pediram para falar e foram mais de 200 ou 300 conselheiros que a Mesa se
117 dispôs a ouvir e o Conselho Nacional de Saúde também esteve presente.” Solicitou uma dinamização
118 naquela reunião, alegando que a pauta estava grande, já eram 15:15h tinham duas explanações grandes e
119 outras discussões importantes. A conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes informou que durante o
120 mês de maio de 2014 o Sindicato dos Enfermeiros do Estado da Bahia teve uma participação em todas as
121 manifestações e comemorações da semana do enfermeiro interiorizando as suas ações, fazendo um
122 trabalho em parceria com a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEN) e o Conselho Regional de
123 Enfermagem (COREN). Disse que o Sindicato dos Enfermeiros estava sempre junto com os enfermeiros
124 dos hospitais, principalmente do Hospital Espanhol, que inclusive estava com um problema serio com a
125 questão salarial que fazia três meses que os profissionais não recebiam salários e estavam ameaçando
126 paralisar suas atividades por conta disso. Porém, os enfermeiros da referida instituição já haviam entrado
127 com uma ação no Ministério Público. Informou ainda que o Sindicato dos Enfermeiros vinha recebendo
128 uma demanda muito grande dos trabalhadores que atuavam nos hospitais terceirizados com relação ao
129 atraso dos salários e a direção desses locais diziam que era por conta do não repasse dos recursos pelo
130 Estado. “Então há uma preocupação e o Sindicato também já entrou no Ministério Público com relação
131 aos terceirizados.” A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho informou que o Instituto de Saúde
132 Coletiva (ISC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) havia realizado uma atividade chamada os
133 desafios da morte materna no dia 30 de maio de 2014. “Querida dar ciência a esse Conselho, porque em
134 março pedi pauta para o mês de maio, porque o dia 28 de maio é o dia internacional de luta pela saúde da
135 mulher e o dia nacional de luta pela redução da mortalidade materna. Esse é um dos indicadores que foi
136 pactuado na meta do milênio, e é um dos indicadores que o Brasil não vai cumprir em termos de reduzir a
137 morte materna e o Conselho precisa se apropriar disso.” Destacou que havia participado do debate no ISC
138 como representante da Rede Nacional Feminista e obviamente foi apresentada como uma pessoa do
139 Conselho Estadual de Saúde. Informou ainda que a ata da 208ª reunião do CES relatava que havia
140 passado um vídeo do parto que havia ocorrido em frente à maternidade, na rua e, portanto, estava
141 registrado em ata: “exige a apuração da situação para que se tome as providências necessárias quanto a
142 responsabilização de possíveis negligências no atendimento ou omissão de socorro por parte dos serviços
143 e profissionais.” Salientou que mais adiante foi colocado: “queremos que a gestão dê uma satisfação a
144 este Conselho.” Comunicou que a relatoria de Direitos Humanos e Direitos Reprodutivos da Plataforma
145 Dhesca da Organização das Nações Unidas (ONU) já havia entrado com uma denúncia formal no
146 Ministério Público Federal e este já havia encaminhando para Bahia, se encontrava nas mãos do Dr.
147 Domenico D’Andrea Neto, já entrou em contato com ele, porque havia uma articulação nacional para que
148 se acompanhasse aquela situação de forma bastante efetiva. “E estou lembrando a este Conselho que
149 temos que ter mecanismos, onde, por exemplo, uma conselheira que coloca isso e pede à gestão que dê
150 ciência do que foi feito, que de fato isso aconteça. Querida só deixar isso registrado, porque vamos
151 incansavelmente perseguir, constranger quem tem que dar respostas em relação a isso, porque não é
152 possível mais suportar isso. Tenho dito isso sempre: somos intolerantes em relação a isso.” O conselheiro
153 Josivaldo de Jesus Gonçalves comunicou a presença dos conselheiros municipais de saúde do município
154 de Itabuna no plenário, o presidente interino, Sr. Francisco José e o conselheiro Juscelino. Mencionou que
155 nas Comunicações da Presidência, 2º parágrafo onde falava sobre a aquisição de equipamentos e
156 materiais permanentes e curso de capacitação visando melhoria do atendimento ao parto e nascimento de
157 alguns hospitais, citando também o Hospital Manoel Novaes. “Todos esses hospitais serão contemplados
158 dentro de um recurso de R\$1.245.000,00 (um milhão duzentos e quarenta e cinco mil reais), sendo que
159 queremos aqui denunciar o Hospital Manoel Novaes de Itabuna que há tempo não vem atendendo.

160 Inclusive é o hospital referência da criança, recebeu prêmio da UNICEF, mas não vem atendendo as
161 demandas do município nem da região. E há dois dias, não tive como salvar aqui o vídeo, uma gestante
162 perdeu o bebê dentro do hospital, por negligência, por falta de atendimento, dentro da recepção do
163 hospital e a criança veio a óbito devido a falta de atendimento. É um absurdo que a CIB aprove, o
164 Ministério da Saúde aprove, recursos para esses hospitais, essas maternidades e elas não cumpram o seu
165 papel.” Solicitou que se fosse possível, a comissão de acompanhamento verificasse, porque não era
166 possível que ainda morresse crianças, as gestantes não fossem atendidas justamente quando vinha
167 recursos para aquilo. “Queremos aqui fazer essa denúncia.” Informou que no dia 16 de junho de 2014 sua
168 entidade estaria mobilizando todos os Agentes Comunitários de Saúde e Endemias em Brasília, para que a
169 presidente Dilma pudesse sancionar a lei aprovada que se tratava do piso nacional da categoria e no dia
170 13 de junho de 2014 seria realizado o 3º Forró ACS/ACE em Ilhéus e os conselheiros que estivessem
171 visitando a cidade de Ilhéus se fizessem presentes a partir das 13:30h na APSEF próximo ao Hotel Opaba.
172 A conselheira Maria Helena Ramos Belos justificou a ausência da conselheira Beatrix Kunz alegando sua
173 impossibilidade devido às mudanças de datas das reuniões. Colocou que diante da fala do conselheiro
174 Josivaldo se sentia indignada ao ver que os hospitais não atendiam e tudo era negado em relação à saúde.
175 Quando via um montante de dinheiro, de recurso disponibilizado no atendimento à saúde, ao acesso digno
176 e via que estava muito distante ficava sem compreender. “Por isso que reforço o pedido da conselheira de
177 uma explicação. Para onde está indo realmente esse recurso? Quais são as dificuldades que os hospitais
178 têm? Por exemplo, o Hospital Roberto Santos, quanto tempo está em reforma e nunca se conclui isso? E
179 os outros hospitais? Então agora nos deparamos com esse pedido de prorrogação ao Ministério da Saúde,
180 realmente dá uma confusão na nossa cabeça e não justifica a realidade que está aí, os hospitais todos
181 sucateados, sem nada.” O Senhor Secretário Geral lembrou que mesmo presidindo interinamente não
182 poderia dar algumas respostas porque não era da gestão, mas, aconselhava aos conselheiros que
183 persistissem cobrando respostas porque os senhores tinham poder para isso. Era preciso continuar
184 constrangendo aqueles que deviam respostas à sociedade civil. A conselheira Déborah Dourado Lopes
185 com referência à fala da conselheira Lílian Marinho com a denúncia que envolvia interesse do ponto de
186 vista do Ministério da Saúde, esclareceu que qualquer óbito fetal, no período neonatal ou que envolvia
187 uma assistência precária em relação a atenção materno-infantil era prioridade do atual governo em função
188 que a Rede Cegonha era um programa prioritário do governo e da saúde. Disse que recursos realmente
189 estavam sendo repassados, pois tinha acompanhado e aquela denúncia basicamente havia chegado ao
190 Gabinete do Ministro e foi solicitado que se fizesse uma visita técnica para entender. De respostas do
191 relatório foi solicitada uma auditoria que já havia sido realizada, o relatório estava em fase de execução e
192 seria encaminhado para os órgãos de controle, Ministério Público para que tivesse conhecimento o
193 próprio Ministério da Saúde. Informou que o Estado havia feito uma auditoria na maternidade de Santo
194 Amaro para verificar, porque ela envolvia tanto recurso federal como também do ponto de vista da
195 assistência e interesse da gestão estadual. Porém, a questão da mortalidade materna era preocupação de
196 todo o Brasil, a conselheira Lílian estava correta, havia sido um objetivo pactuado em relação às
197 prioridades dos objetivos do milênio ainda não alcançado. Mas, muitas situações extremamente delicadas
198 precisavam ser questionadas ao gestor, e pensava que a grande pergunta que se fazia era a seguinte: o que
199 é que os gestores estaduais e municipais estavam fazendo de forma efetiva com os recursos repassados
200 pela União? Porque os recursos eram repassados e não eram suficientes para atender a necessidade? Não
201 eram, mas, haviam muitos recursos repassados que não seria a insuficiência que seria explicada, mas a má
202 gestão, desvio ou a aplicação indevida dos recursos. “Penso que essa é a grande pergunta que da
203 sociedade. Não pode se colocar tudo em relação ao Ministério, ao Ministro e a Presidência, porque 31
204 anos que descentralizamos e que não temos uma efetividade em relação a determinadas coisas
205 fundamentais. Falta monitoramento em relação à política fundamental, mas falta aos gestores municipais
206 darem visibilidade do que está sendo executado com os recursos repassados pela União. A conselheira
207 Célia Maria Alexandria de Oliveira cumprimentou a todos colocando que as três últimas gestões do
208 SINDPREV/BA vinha sistematicamente dando um apoio incondicional à luta em defesa da saúde mental.
209 Informou que durante o mês de maio houve uma grande mobilização na defesa desse segmento
210 extremamente vulnerável, de uma invisibilidade que agora não estava tanto, por força do seu próprio
211 movimento que começava a se tornar bastante visível. Disse que o mês de maio havia sido um mês muito
212 interessante, inclusive com uma manifestação grande pelo passe livre das pessoas portadoras dos

213 problemas de saúde mental e a pauta que seria apresentada naquele dia ali deveria ter sido feita no mês de
214 maio, por se tratar de um mês exclusivo voltado pela militância para aquela questão. Comunicou que
215 havia levado ali uma contribuição para aquela luta que era uma faixa. Disse que estava aguardando a
216 chegada de Luís Felipe que seria um dos palestrantes, um adolescente com problemas em saúde mental.
217 Disse ainda que estava passando uma faixa que o SINDPREV estava oferecendo aos lutadores e lutadoras
218 para que usassem em todas as suas manifestações, onde dizia: “por um novo tempo, reconhecimento e
219 cidadania para a saúde mental infanto juvenil”. O conselheiro Júlio César Vieira Braga mencionou que
220 voltava sempre a questão de verbas e recursos para a saúde, voltava a chamar a atenção, continuava na
221 luta pelos 10% da arrecadação federal para a área da saúde. “Vimos que a educação conseguiu um projeto
222 de lei para que isso passe a ser direcionado para a educação, mas, para a saúde não conseguimos. Ficamos
223 aqui falando que tem muito dinheiro, mas não é verdade, não temos muito dinheiro. O dinheiro que
224 chega, e boa parte do Governo Federal, tabela SUS que não é reajustada em valores irrisórios e diz assim:
225 repasso para o Estado, para o município, mas repassa em valores totalmente fora do mercado, valores que
226 não são reajustados e que levam a maioria dos prestadores de serviços a trabalhar precisando colocar do
227 próprio recurso.” Ressaltou que hoje todos os estados e municípios cumpriam a lei complementar que faz
228 15% acima do orçamento municipal e 2% do orçamento estadual em praticamente todos os municípios,
229 pois é lei. Porém, o governo estadual não aceitava reajustar a tabela SUS, isso era vergonhoso e as Santas
230 Casas, os hospitais, a exemplo do Hospital Espanhol estavam todos quebrados e virando área de
231 influência do governo, de favorecimento para conseguir uma pequena verba adicional. “Sei que estamos
232 com grande dificuldade e não é verdade que há recurso. O Governo do Estado inclusive vem caindo
233 proporcionalmente seu investimento em saúde e vemos que já chegou a mais de 13%, foi caindo e a cada
234 ano vem arrecadando mais, investindo mais em saúde, é verdade, mas proporcionalmente menos. Então
235 precisamos lutar por mais recursos. Se tem recurso para fazer uma ponte de 8 bilhões de reais para
236 Itaparica, que é a meta desse ano, tem que sair antes do final do governo, porque se questiona isso aqui,
237 estamos questionando 11 milhões de convênios o que equivale a 1 milésimo do que será investido em
238 uma ponte dessas, do que está sendo investido na Copa do Mundo. Isso é besteira, é farelo perto do tanto
239 de dinheiro que será investido em outras prioridades e não se reajusta na tabela do SUS e não se resolve a
240 questão, por exemplo, do Programa Mais Médicos que é outra coisa que se tem discutido e já irá se
241 completar 01 ano e nada de se falar em projeto futuro, nada de se definir carreira de Estado para médico,
242 para os outros profissionais de saúde quando já está se falando aí em renovação por mais três anos,
243 quando na verdade estamos precisando contratar médicos brasileiros, profissionais brasileiros, ocupar o
244 Hospital Roberto Santos. Falo Roberto Santos porque trabalho lá e vejo o Centro Cirúrgico parado porque
245 não tem enfermeira, porque não tem técnico em enfermagem. No Roberto Santos pelo menos não falta
246 médico. No momento em alguns setores faltam, mas não vemos essa organização, essa vontade de
247 aumentar investimento na área de saúde.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio justificou a
248 ausência dos conselheiros Walney Magno alegando que o mesmo teve que fazer uma tarefa demandada
249 pela Secretaria, pelo seu trabalho e do conselheiro José Silvino que também se encontrava em outra
250 reunião podendo estar na reunião do CES mais tarde. Informou sobre a Conferência da Macro Leste de
251 Salvador, destacando como uma das melhores conferências macro realizada. “Cumprimos a tarefa, teve a
252 discussão necessária e queria registrar aqui. Penso que todo o Conselho deve participar mais e colocar
253 essa conferência como uma prioridade do Conselho de fato, não somente da comissão organizadora, mas
254 de todos os conselheiros, porque a unidade nossa que acredito que dará o tom.” A conselheira Déborah
255 Dourado Lopes mencionou que prestaria alguns esclarecimentos que na verdade o CES também precisava
256 e pensasse em agendar uma reunião para se discutir o que estava chamando de financiamento da saúde.
257 “Discordo totalmente da colocação do conselheiro representando o CREMEB, todos sabem que o
258 CREMEB hoje, as entidades médicas tem um ponto de divergência, que é um direito democrático, em
259 relação à questão da posição do Programa Mais Médicos, isso o Brasil todo conhece. Como representante
260 do Ministério, quero Júlio te dar a seguinte informação: não é verdade que todos os estados cumpram os
261 15%. Teve auditoria na Emenda Constitucional, já não cumpria. E hoje, com a Lei Complementar 141
262 quem não cumpre ficará inadimplente, porque será cobrado a partir de 2014. Quem não preencher o
263 Sistema de Informações sobre Orçamento Público em Saúde (SIOPS), não é mais apenas declaratório,
264 agora ele será informativo, vai ficar inadimplente e terá muito município também inadimplente.” Disse
265 que os municípios que têm mais aumentado a questão proporcional, mas a União ainda continuava

266 passando um montante específico. Se faltava deficiência do ponto de vista de uma tabela de mercado,
267 porque saúde não era mercado nem poderia ser tratada dessa forma, mas havia sido tratada até então, até
268 um representante de uma entidade médica colocava isso. Colocou que havia falado que do ponto de vista
269 do repasse direto e automático eram seis blocos de financiamento e a Auditoria, tinha ali um componente
270 do Estado que poderia até dar aquela informação, chegava em um município onde o recurso da atenção
271 básica repassado e aplicado na mesma não era aplicado, mas desviado para uma série de coisas. Rede
272 Cegonha estava sendo repassado para um monte de municípios credenciados, e não se sabia explicar o
273 que estava se fazendo com o recurso da Rede Cegonha. Então se precisava entender que dentro do repasse
274 direto e automático eram seis blocos, vinte e quatro ações prioritárias e cento e vinte e cinco incentivos.
275 Portanto, nem tudo era tabela, tinha programa de vigilância, programa fora da média e alta complexidade,
276 programa de educação, incentivo à gestão e dentro da atenção básica havia um monte de coisas. Porém,
277 não se poderia ser simplista daquele jeito e colocar tudo no colo do Governo Federal, particularmente do
278 ponto de vista de um processo eleitoral onde as entidades médicas tinham uma posição clara e objetiva, e
279 como representante colocaria o contraponto que era defender a União. O Senhor Secretário Geral colocou
280 que os posicionamentos deveriam ser diferentes da polarização de pontos de vista. O conselheiro Júlio
281 César Vieira Braga mencionou que o Conselho Federal havia voltado a fazer aquela chamada de atenção,
282 porque a luta continuava em torno do mais 10% da saúde para o Governo Federal, porque este não
283 aceitava. “Isso não é discutível, não estamos discutindo isso aqui. Que o Governo Federal precisa
284 aumentar o investimento em saúde penso que ninguém discute. Se isso é tabela, valor ou convênio não
285 importa. Citei o exemplo dos prestadores de saúde que as Santas Casas dão assistência hoje, pelo menos
286 hospitalar, quase 50% do que é feito no país, isso é feito conta base em tabela SUS e isso ninguém
287 consegue fazer, está quebrando a situação das Santas Casas, isso não é comércio. Se a Santa Casa é
288 filantrópica, é pilantrópica não importa, mas ninguém consegue fazer o serviço com os valores atuais e
289 precisa ser aumentado sim. E a questão do Mais Médicos, independente de qualquer questão ideológica,
290 política, precisa ser programado o que será a seqüência. Independente de ser contra ou a favor de político
291 vemos que é uma total falta de programação. O que vem depois aí, vai trazer mais médicos? Não existe
292 uma programação, nada foi feito para fazer de uma forma séria a contratação ou a carreira de Estado, isso
293 não há discussão.” O conselheiro Francisco Jorge Silva Magalhães colocou que seguindo dentro de uma
294 linha de apoio, mas, reiterando a posição do conselheiro Júlio, queria deixar claro que as entidades
295 médicas não faziam oposição ao Brasil, mas, às coisas erradas que vem acontecendo na saúde. Disse que
296 essa era uma prática que as entidades têm debatido, tendo por embate, ainda bem que vinha sendo feito
297 isso e tinha sofrido todas as perseguições, todas as formas de querer responsabilizar o médico. “Agora há
298 pouco ouvi aqui falar da saúde da mulher. Queria que as mulheres entrassem na luta quando vamos entrar
299 na luta por uma maternidade melhor, mas não vejo as mulheres empenhando nisso aí. É uma crítica. O
300 que estamos vendo é um discurso de se querer responsabilizar o médico pela situação que estamos
301 vivendo aí no parto se querendo estigmatizar, como se não viesse de lá, aí sim vem o erro do Ministério
302 da Saúde, falo isso com maior tranqüilidade, porque já falei isso diversas vezes, na questão da assistência
303 ao parto. A culpa não é do médico, mas da política que está sendo feita de forma errada e que teremos
304 mais adiante a comprovação disso.” Ressaltou que estava muito à vontade quanto ao Programa Mais
305 Médicos, pois foi uma cortina de fumaça que o Governo Federal jogou para a população. “Tivemos um
306 debate com os prefeitos na Associação Baiana de Medicina, o presidente do Conselho disse isso e reiterei:
307 hoje os prefeitos são os grandes caloteiros e médico não vai ficar trabalhando para caloteiro, para pessoas
308 que fraudam, que cometem ilicitudes. Então os médicos têm ainda a possibilidade de não aceitar e por
309 este motivo se coloca cubano, americano, o que quer que seja. Porém, penso que a política de saúde
310 desse país está na contramão, reiterando toda essa história que precisamos lutar e penso que os outros
311 segmentos precisam entrar nessa luta para mudar isso, porque do jeito que vai iremos ter mais ainda essa
312 situação precária que estamos vivendo que aqui bem pouco vi a irmã colocar.” O Senhor Secretário Geral
313 informou que no dia 26 de junho de 2014 houve o evento da UNAIDS de lançamento da campanha
314 Proteja Seu Gol. “Desculpe dizer, mas, do ponto de vista de quem milita na luta contra a AIDS nesse país,
315 vagina, pênis e ânus mudaram de nome e agora tudo é gol. Com vista à Copa e à FIFA, temos agora uma
316 abordagem diferente. Cuidado quando vocês fizerem o futebol de vocês logo mais à noite com proteção,
317 só isso que peço.” Registrou que o evento realizado no Teatro Castro Alves (TCA) foi interessante para
318 quem é da área da saúde e para quem está à frente das políticas, seja estadual ou municipal. Comunicou

319 que esteve presente no referido evento o Dr. Michel Sidibé, representante da UNAIDS em Genebra na
320 Suíça, bem como os dois filhos de Nelson Mandela que são de certa forma porta-vozes no mundo inteiro,
321 o Governador Jaques Wagner, o Secretário de Saúde Washington Couto, o prefeito da cidade de Salvador
322 ACM Neto e várias outras autoridades. Disse que o mais incrível de tudo foi o panorama feito no evento:
323 a AIDS está muito bem. “Aliás, conselheiro Marcos, cobre no Conselho Municipal que situação
324 maravilhosa a política de AIDS tem no município de Salvador, que há menos de um mês nem
325 coordenação municipal de DST/AIDS existia no município. Mas só verifiquem isso que é para ver como a
326 situação da AIDS está boa.” Disse ainda que se fazia um evento, onde se trazia autoridades maravilhosas
327 do mundo para a Bahia, e era só lembrar que a atual meta da UNAIDS que seria zero infecções, zero
328 mortes por AIDS e zero discriminação o Brasil já havia conseguido alcançar essa meta e estava tudo
329 maravilhoso. “Como falei ano passado, vivemos no país de Alice, das Padilhas, foi assim que chamei na
330 época. Fiz um artigo falando que vivemos no país de Alice, das Padilhas. É assim, tudo está resolvido,
331 né?” Informou ainda que houve a reunião do Fórum Baiano de ONGS/AIDS também no dia 23 de junho
332 pela tarde e a Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS no dia 04 de abril também fez a sua
333 assembléia, onde foi eleita uma nova diretoria colegiada e a representante atual, coordenadora geral se
334 encontrava ali no plenário, Ângela Marques que posteriormente daria um informe sobre o evento.
335 Comunicou que estava deixando ali e seria remetido à todos os conselheiros que no dia 02 de junho, uma
336 pauta muito importante do Movimento de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS foi alcançada que foi a
337 aprovação da Lei 2984 que criminaliza a discriminação às pessoas vivendo com HIV/AIDS. Finalmente
338 havia sido aprovada pelo Congresso, sancionada pela presidente Dilma Rouseff e uma cópia da lei seria
339 remetida a todos os conselheiros. “Trago isso aqui para vocês e para a Rede Nacional de Pessoas Vivendo
340 com HIV/AIDS é um momento histórico de alcançar aquilo que nenhum programa de DST/AIDS, de
341 gestão de saúde vai conseguir e não está conseguindo, que é resolver nosso problema de enfrentamento da
342 epidemia pelo pior viés que tem que é ser discriminado só porque temos a sorologia positiva para o HIV.
343 Então, pode ser que a lei nos ajude, além do que o Governo Federal diz, o Ministério da Saúde diz certas
344 horas, de que só dar remédio para as pessoas resolve. Resolve a questão da transmissão, que é muito
345 importante tratar a todos, mas enquanto tivermos medo de lá fora dizermos que somos pessoas vivendo
346 com HIV/AIDS não está resolvido a epidemia e convoco a todos para ajudar.” O conselheiro Marcos
347 Antônio Almeida Sampaio mencionou que não cairia bem aceitar de forma pacífica e havia pensado que
348 as mulheres fariam algo, pois as mulheres estavam sim na luta pela maternidade, pelos seus direitos e
349 não precisavam que eles estivessem à frente das lutas e bandeiras das mulheres. “Podemos ser
350 parceiros, mas não nos cai bem querer ser condutor disso.” Destacou a fala do conselheiro Moysés
351 quando disse que era o país das maravilhas e inclusive o prefeito havia colocado no evento, ressaltando
352 que cobrava sim, porém, havia virado uma prática dentro do município não dar a voz a movimento social.
353 “Você viu que trouxeram alguém de São Paulo, achei um desrespeito, não pela questão da representação,
354 pois a companheira que estava lá foi homenageada pela presidente Dilma, fizeram várias referências,
355 estava lá representando o movimento social e para mim ficou parecendo que até o movimento de
356 ONGS/AIDS e os movimentos organizados na Bahia não tivesse representações para garantir a
357 representação daqui. Como Conselho Municipal de Saúde de Salvador também não recebemos o convite,
358 ficamos sabendo por outras pessoas que teria aquele evento, inclusive foi uma dificuldade imensa para
359 entrar, porque teve ingresso que foi distribuído antes. Participamos do evento, temos cobrado, porém tem
360 algumas questões que aqui no CES precisamos começar a fazer, e você Moysés, é um exemplo de pessoa
361 que faz. O Conselho não pode ser de trinta em trinta dias ou quanto houver reunião; não dá para fazermos
362 a denúncia sem esperar que a gestão traga respostas ou que as coisas mudem, para no próximo dia 30 que
363 terá reunião novamente podemos fazer um diagnóstico positivo e dizer: olha, aquela demanda que levei
364 resolveu, ou então vir para cá e dizer que não houve respostas daquela demanda. O Conselho é feito no
365 dia a dia, a população vive a todo momento, somos a representação daquela população que depois dessa
366 reunião continuará vivendo as mesmas dificuldades ou terá uma mudança nas dificuldades por conta da
367 nossa atuação aqui dentro. Só queria fazer essa reflexão para não parecer que não estamos fazendo o
368 nosso papel.” O Senhor Secretário Geral comentou que até a conselheira Déborah Dourado havia citado a
369 questão da Rede Cegonha e como pauta ainda não tinha a questão da Rede Cegonha exatamente. A
370 conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que havia pedido uma pauta que fosse agendada em caráter
371 de urgência, a questão do financiamento da saúde. Informou que havia acabado de acontecer o 30º

372 Congresso Nacional de Secretários Municipais (CONASEMS) e a pauta em todas as mesas havia sido
373 financiamento para se entender o que está se chamando de financiamento da saúde. “Isso tem que ser
374 pautado aqui, tem que chamar pessoas para entender, até em função da Lei Complementar 141.” Informou
375 também que o resultado dos órgãos de controle atualmente estava disponível no Sistema de Auditoria da
376 Saúde, do Estado e era obrigatório devido à lei da publicidade, porém, todas as auditorias feitas no
377 Hospital Roberto Santos se encontrava no Portal da Transparência para onde foram os resultados delas. Se
378 o demandante foi o Ministério Público Federal, estava nas mãos do Ministério Público Federal que pediu
379 encaminhamento em algumas situações, não no caso específico, a questão da Polícia Federal, por se tratar
380 dos órgãos que acompanhavam o controle e que na verdade existia hoje uma informação clara que, de
381 oito reais descentralizados para a saúde, não estava chegando dez no município com desvio de recurso
382 para particularmente aquisição de medicamento na média e alta complexidade. “Informações recentes do
383 30º Congresso, é só ler a carta do CONASEMS que aconteceu semana passada em Vitória.” O Senhor
384 Secretário Geral colocou que como algumas falas iriam para a questão da saúde que envolvia parturientes
385 e mais especificamente havia sido citado Rede Cegonha, sua proposta era que se pudesse colocar como
386 pauta também uma avaliação sobre as ações da Rede Cegonha especificamente, porque em nome de um
387 projeto não se sabia mais como estava nem a saúde materno-infantil justamente no momento do parto
388 para que se pudesse avaliar aplicação dos recursos pactuados na Comissão Intergestores Bipartite (CIB),
389 esses recursos todos eram pactuados em CIB, ou seja, quando se dizia implementação de maternidade
390 através da Rede Cegonha, isso era pactuado na CIB. “Temos que ver como está o desenho da pactuação,
391 como está a Rede nos municípios, quais unidades cadastradas e como está a avaliação monitoramento
392 dessa Rede, porque é um absurdo que tenhamos esses casos pipocando de mães na hora do parto tendo
393 um atendimento muito ruim e não sabemos onde está o recurso que foi enviado para esses municípios. E
394 fica outra sugestão de pauta que é a discussão sobre financiamento da saúde. Peço aos senhores
395 conselheiros que quando solicitarem pauta no Conselho temos um modelo para que o conselheiro
396 explique exatamente como quer a pauta aqui no Conselho que é para ajudar a Mesa Diretora. Fez a leitura
397 das resoluções: A COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE DA BAHIA – CIB, APRESENTA AS
398 SEGUINTE RESOLUÇÕES APROVADAS NO SEU ÂMBITO PARA CONHECIMENTO DESTE
399 CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES. AS RESOLUÇÕES FORAM ENVIADAS NA
400 ÍNTEGRA PARA O E-MAIL DOS (AS) SENHORES (AS) CONSELHEIROS (AS). 1. RESOLUÇÃO
401 CIB Nº 103/2014 - Aprova autorização de alterações do número máximo de doadores voluntários de
402 medula óssea e outros precursores hematopoéticos para 20.000 doadores ano, a partir de requerimento
403 formulado pelo gestor de saúde do Estado da Bahia. 2. RESOLUÇÃO CIB Nº 104/2014 - A transferência
404 da Gestão de serviços do Instituto Brandão de Reabilitação Ltda. (IBR Hospital) do município de Vitória
405 da Conquista para a Gestão Estadual. 3. RESOLUÇÃO CIB Nº 105/2014 - O Componente de Atenção
406 Domiciliar - AD da Rede de Atenção às Urgências do Município de Una. 4. RESOLUÇÃO CIB Nº
407 106/2014 - A habilitação de laboratórios Tipo I e II em Citopatologia na prevenção do Câncer do Colo do
408 Útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas. 5.
409 RESOLUÇÃO CIB Nº 107/2014 - O remanejamento dos recursos retroativos de média e alta
410 complexidade, do Fundo Municipal de Saúde de Vitória da Conquista para o Fundo Estadual de Saúde da
411 Bahia (FES/BA). 6. RESOLUÇÃO CIB Nº 108/2014 - O Componente de Atenção Domiciliar – AD da
412 Rede de Atenção às Urgências do Município de Barra. 7. RESOLUÇÃO CIB Nº 109/2014 - A Proposta nº
413 909567/14-002, Emenda Parlamentar nº 27460005, para construção de uma Policlínica no município de
414 Jacobina. 8. RESOLUÇÃO CIB Nº 110/2014 - O aditivo à Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção
415 às Urgências da Região Metropolitana Ampliada do Estado da Bahia, do componente hospitalar. 9.
416 RESOLUÇÃO CIB Nº 111/2014 - O credenciamento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF
417 nos Municípios de Ubatã, Nilo Peçanha, Salinas da Margarida, Presidente Tancredo Neves, Muniz
418 Ferreira, Castro Alves, Ipecaetá, Campo Formoso, Camaçari, Miguel Calmon, Baianópolis. 10.
419 RESOLUÇÃO CIB Nº 112/2014 - Alteração na modalidade de Equipes de NASF dos Municípios de São
420 Domingos, Cairu, Ourolândia, Coribe e Planalto. 11. RESOLUÇÃO CIB Nº 113/2014 - Alteração na
421 composição das Equipes de NASF dos Municípios de Varzedo, Elísio Medrado e Olindina. 12.
422 RESOLUÇÃO CIB Nº 114/2014 - O credenciamento de Equipes de Saúde Bucal – ESB nos Municípios
423 de Teodoro Sampaio, Ponto Novo, Mata de São João, Itatim, Castro Alves, Rio Real, Acajutiba, Santa
424 Rita de Cássia, Cocos, Cristópolis, Pindobaçu, São Desidério, Camacan e Presidente Jânio Quadros. 13.

425 RESOLUÇÃO CIB Nº 115/2014 - O credenciamento de Equipe de Saúde da Família – ESF nos
426 Municípios de Itatim, Coribe, Cristópolis, Muquém do São Francisco, São Félix do Coribe e São
427 Desidério. 14. RESOLUÇÃO CIB Nº 116/2014 - O credenciamento de Agentes Comunitários de Saúde –
428 ACS, nos Municípios de Ituberá, Santana e Cocos. 15. RESOLUÇÃO CIB Nº 117/2014 - A habilitação
429 dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) do município de Salvador. 16. RESOLUÇÃO CIB Nº
430 118/2014 – A habilitação dos procedimentos de Laqueadura e Vasectomia em unidade do Município de
431 Iguai. 17. RESOLUÇÃO CIB Nº 119/2014 - A emissão de parecer favorável ao credenciamento de Centro
432 de Atenção Psicossocial – CAPS, nos Municípios de Itaparica, Alcobaca, São Desidério e Anagé. 18.
433 RESOLUÇÃO CIB Nº 120/2014 - Na Política de Hospitais de Pequeno Porte, a Unidade Mista de Saúde
434 Dr. João Cupertino da Silva, no Município de Oliveira dos Brejinhos. 19. RESOLUÇÃO CIB Nº
435 121/2014 - A habilitação de 10 leitos de Unidade de Tratamento Intensivo Neonatal – UTIN no Hospital
436 Geral de Vitória da Conquista, no Município de Vitória da Conquista. 20. RESOLUÇÃO CIB Nº
437 122/2014 - A habilitação de procedimentos de Vasectomia para a Clínica Dr. Eduardo Lopes Unidade
438 Móvel, no município de Salvador. 21. RESOLUÇÃO CIB Nº 123/2014 - O repasse de 30% do recurso da
439 segunda parcela de implantação do Telessaúde, referente aos municípios não aptos a receberem o recurso,
440 para os municípios de Ibirataia, Vera Cruz, Porto Seguro, Capim Grosso e Juazeiro. 22. RESOLUÇÃO
441 CIB Nº 124/2014 - O repasse de 30% do recurso da segunda parcela de implantação do Telessaúde para o
442 município de Ibirataia em substituição ao município Sede de Núcleo de Itabuna que não está apto a
443 receber o recurso. 23. RESOLUÇÃO CIB Nº 125/2014 - A habilitação dos leitos de Unidade de Cuidado
444 Intermediário Neonatal convencional (UCINco) e canguru (UCINca) do Estado da Bahia. 24.
445 RESOLUÇÃO Nº 126/2014 - O aditivo ao Plano de Ação da Região Metropolitana de Salvador (RMS)
446 da Rede Cegonha (RC). A conselheira Eliane Araújo Simões colocou que estava lendo as resoluções e a
447 cada dia que chegavam às mãos dos conselheiros continham menos informações, estavam mais concisas e
448 não se sabia do que se tratava, o que foi pactuado, pois vinham muito resumidas. “O Componente de
449 Atenção Domiciliar - AD da Rede de Atenção às Urgências do Município de Una. Não sei o que é isso,
450 está muito resumido e fica difícil de entendermos isso. Aquilo ali é um espaço de negociação, pactuação,
451 vinha um negócio tão truncado para cá e é aqui que temos que deliberar. Inclusive ontem estivemos com
452 Socorro, presidente do Conselho Nacional de Saúde e naquele momento dizia para ela o que acontecia
453 aqui no Conselho Estadual de Saúde. Até o momento não tínhamos debatido e discutido qual era o papel
454 da CIB e qual era o papel do CES. Então ela me disse que hoje a diretoria estaria reunida e que naquele
455 momento falava se seria um ponto de pauta, assim como a mesa de negociação estadual. Pena que o nosso
456 secretário não esteja presente, que essa mesa de negociação a sua portaria ainda não foi publicada, fará
457 um ano que sentamos, tivemos toda aquela implantação da Mesa Estadual de Negociação, até hoje os
458 gestores não foram indicados para compor essa comissão e com todos os nossos problemas para discutir,
459 todos os nossos conflitos trabalhistas, vínculos, e não temos essa condição. Essa foi uma das coisas que
460 coloquei para Socorro e dentre elas está a questão da CIB que seria também ponto de pauta a ser debatido
461 hoje na reunião da diretoria do Conselho Nacional de Saúde.” Destacou a Resolução CIB Nº 109/2014 –
462 onde fala sobre a Proposta nº 909567/14-002, Emenda Parlamentar nº 27460005, para construção de uma
463 Policlínica no município de Jacobina, ressaltando que se tratava de investimento de recurso para entidade
464 privada. Perguntou se havia necessidade de atenção básica ou aumenta do poder do setor privado, pois
465 precisava haver uma manifestação contra isso, era dever de todos ali enquanto Controle Social. Disse que
466 as Resoluções 120, 123 e 124 iam na mesma linha, mas não sabia do que se tratava a primeira; sobre a
467 segunda não sabia o que era esse programa, como estava sendo usado nesses municípios e ainda tinha a
468 história de que os municípios para receberem o recurso existia um critério. Perguntou qual seria esse
469 critério e na sua visão do que seria esse programa, ele tinha uma importância muito grande para que
470 ficasse na história de recebe ou não recebe. “Não entendo isso. Queria esclarecimentos da nossa secretaria
471 sobre essa coisa.” A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho destacou a Resolução 122, declarando
472 que não conseguia entender, mas queria entender somente a justificativa para a aprovação da habilitação
473 de procedimento de vasectomia para uma unidade móvel em Salvador. O conselheiro Júlio César Vieira
474 Braga comentou que a Resolução 123 havia lhe chamado a atenção pela questão do repasse de recurso
475 para implantação do Tele Saúde em municípios não aptos a receber os recursos. Porque a Resolução 124
476 inclusive fazia a missão de que havia sido transferido, o município não era apto, repassaram para outro,
477 mas na Resolução 123 passaria o recurso para municípios não aptos a receberem o recurso. Sobre a

478 Resolução 104 onde se fala da transferência da gestão dos serviços do IBR do município de Vitória da
479 Conquista que é gestão plena, perguntou se iria transferir para a gestão estadual. “Isso é possível,
480 transferir a gestão de apenas um serviço de um gestor pleno para a gestão estadual? Alguém sabe
481 informar?” O Senhor Secretário Geral comentou que pela aprovação da CIB provavelmente era uma
482 possibilidade de gestão. “Para vocês verem, muitas coisas estão retrocedendo no modelo centralizador de
483 gestão, porque simplesmente o município recebe e não consegue gerir a verba daquela ação específica
484 que tínhamos.” O conselheiro Josuéilton de Jesus Santos colocou que gostaria da explicação de alguém
485 sobre a Resolução 117 que fala sobre a habilitação dos serviços de residência terapêutica no município de
486 Salvador e a Resolução 119 que fala sobre o credenciamento do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)
487 do município de Itaparica, destacou que havia visitado o referido CAPS e sabia que o mesmo era
488 incompatível com qualquer funcionamento de unidade de saúde, principalmente em se tratando de CAPS.
489 “Quem habilitou isso? Quero saber se há alguém da CIB que pode me informar.” A conselheira Déborah
490 Dourado Lopes colocou que quando falava que tinha que se discutir financiamento era que financiamento
491 da saúde se tratava de recursos orçamentários e financeiros para executar ações e serviços de saúde. Do
492 ponto de vista do SUS, toda e qualquer execução de serviço estava estipulado na portaria da ação
493 específica que envolvia desde a habilitação, os objetivos, as diretrizes, o financiamento e o
494 monitoramento. “O que acho interessante é que estamos na verdade dizendo que a CIB está mandando o
495 pacote pronto. Agora a CIB estará lá com todas as portarias dizendo: o que é habilitação, porque que o
496 Tele Saúde que é um programa, é uma continuidade de programa feito pela CEGEP em relação à questão
497 da qualificação dos municípios, Controle Social, porque na verdade recurso na saúde hoje também não
498 pode ser perdido. Um município que não está apto e tem município apto, a CIB pode discutir e mandar
499 para a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) que seja encaminhado para aqueles municípios que já se
500 organizaram, porque recurso da saúde não pode ficar perdido nem retido. É mais do que urgente,
501 particularmente depois da Lei Complementar 141 que discutamos o que é financiamento. E que peça
502 inclusive a presença da CIB para ela explicar coisas tão fundamentais, que qualquer ação e serviço de
503 saúde hoje tem que estar descrito em uma portaria, aprovado na CIB, encaminhado pela CIT e assinado
504 pelo famoso GM, Gabinete do Ministro da Saúde, definindo o que é a política, apontando as diretrizes,
505 dizendo o financiamento e a forma de controle, monitoramento e avaliação. E estamos com dificuldades
506 em entender isso, imagine o que estamos discutindo em relação ao total.” O Senhor Secretário Geral
507 expôs que na última reunião havia citado o fato de que uma das Resoluções CIB que foram encaminhadas
508 aos conselheiros e que na última reunião fizeram a leitura das resoluções, estava como 075 – aprovação
509 do novo quadro de financiamento das ações de DST/AIDS do estado da Bahia, e na realidade o Diário
510 Oficial citava a Resolução como 085, o que era um erro simples, mas foi por isso que havia se
511 manifestado dizendo que a Resolução 075 que havia recebido não dizia respeito à AIDS. “Tem horas que
512 temos esses lapsos, esses erros e não recebemos sequer a informação como deveria.” Registrou que o Sr.
513 Antônio Purificação da Diretoria de Gestão do Cuidado havia levado ali para o CES três relatórios de
514 gestão sobre a Diretoria de Acompanhamento Biopsicossocial 2011, 2012 e 2013 que tinha a ver com a
515 questão de saúde prisional. “Então temos os três relatórios, não somente em seu formato impresso como
516 também em formato digital, sendo, portanto uma necessidade nossa de discutir também como estão as
517 ações do Sistema Prisional aqui no Conselho. Precisamos que alguém solicite a pauta de discussão disso.”
518 O conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça propôs que fosse feito cópias dos referidos relatórios e essas
519 fossem repassadas a todos os conselheiros para que tivessem acesso, podendo facilitar o entendimento de
520 todos quando fosse colocado em pauta. O Senhor Secretário Geral colocou que estando recebendo aquele
521 material somente naquele momento, seria muito difícil dizer o que iria fazer com aquela pauta. Talvez
522 fosse necessário pedir uma apresentação formal naquele espaço, e se fosse o caso, nomear um relator a
523 fim de que avaliasse os três relatórios. Disse que era de suma importância, porque envolvia uma
524 população geralmente estigmatizadas, que eram as pessoas privadas de liberdade e o que poderia solicitar
525 era que a Secretaria Executiva do CES encaminhasse naquele momento aqueles relatórios a todos os
526 conselheiros por e-mail. Perguntou se poderia ser daquela forma. “Isso já foi solicitado ao Conselho
527 oficialmente através de e-mail e só precisamos ver como colocar na pauta também.” Agradeceu à
528 Diretoria de Gestão do Cuidado por ter levado ao CES aquelas informações contidas nos relatórios,
529 ressaltando que não era sempre que via uma área se antecipar à cobrança do movimento social. “Quem
530 muito puxa essa pauta é o conselheiro Silvino que é ligado ao Fórum de Combate à Violência, mas de

531 qualquer forma, como Mesa Diretora e Conselho já podemos acatar que é uma pauta super interessante e
532 necessária para o CES.” A conselheira Isadora Oliveira Maia fez a apresentação sobre a Atualização do
533 Programa de Inclusão Digital que foi enviado por e-mail para todos os conselheiros. O Senhor Secretário
534 Geral lembrou que esse programa é superimportante para que se possa estabelecer uma relação de
535 aproximação com os Conselhos Municipais de Saúde. “Como fortaleceremos? Falamos tanto que
536 gostaríamos de acompanhar mais de perto o processo de pactuações, se não formos através dos Conselhos
537 Municipais de Saúde como ficaremos? Então é importante que nos capacitemos e os Conselhos
538 Municipais de Saúde. Quem participou da Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador está vendo que
539 continua a demanda por capacitação sobre Controle Social.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida
540 Sampaio pontuou a necessidade de se instituir logo o Programa de Educação Permanente, instituir e
541 estimular a formação dos Conselhos Municipais de Saúde, mas precisava ter uma discussão profunda de
542 quais são as ferramentas que o CES estava utilizando. “Só nos comunicamos entre nós, não conseguimos
543 ainda divulgar as ações do CES para que em qualquer município do estado da Bahia as pessoas saibam
544 que hoje está tendo reunião do CES e que as pautas que estão sendo discutidas são essas. Precisamos
545 fazer uma análise profunda de quais são as redes disponíveis, temos o Facebook, Whatsapp, várias outras
546 ferramentas que aproximam as pessoas até para não irmos para rua, porque as vezes vamos fazer algo
547 que é bom, mas acaba criando uma demanda negativa ou atraindo uma demanda de trabalho enorme,
548 onde não teremos estrutura para dar respostas. Precisamos fazer uma discussão dentro da Secretaria
549 Executiva do CES, inclusive no sentido de modernizar ainda mais o CES, precisamos ter um site do CES
550 que lá tenha as ferramentas. Estou no Conselho Municipal de Saúde de Salvador que teoricamente não
551 deveríamos ter problemas em alguns acessos a informação, mas o Programa de Inclusão Digital (PID) que
552 tivemos acesso é de 1998, o computador que temos já não suporta os programas que hoje o próprio
553 Ministério da Saúde tem e não pode trocar, tendo que ser o município, a televisão é para assistir o canal
554 saúde, mas as sedes dos conselhos não tem uma recepção, vai ficar na sala onde são feito os trabalhos? Há
555 uma discussão profunda sobre infraestrutura. Outra coisa dentro desse projeto é fazermos uma
556 distribuição por perfil de Conselho. Tem conselho que tem essa necessidade da informática básica, do
557 engatilhado do que é o SUS, do que é o Controle Social, mas temos conselhos que temos de libertar de
558 algumas questões que a própria lei já defende que é a paridade. Você tem trabalhadores que estão como
559 sociedade civil e se sentem confortáveis. Ele está lá porque é Agente de Saúde ou porque é de alguma
560 entidade e trabalha na prefeitura ou trabalha em algum outro e se sente sociedade civil. Aí você tem
561 representação do trabalhador, representação na quota do sindicato e você tem o trabalhador também que é
562 da associação, que é de religião e também está lá, e na hora que tem pautas conflituosas sabemos que o
563 interesse particular é mais alto. Precisamos construir instrumentos teóricos de orientação, estamos
564 querendo fazer uma alteração no Regimento, adequar o Regimento do Conselho Municipal de Saúde de
565 Salvador, onde sequer temos algo que dê um norte, o que é que se pode mudar com todas essas leis e o
566 que é que se pode ser agregado. Penso que o CES pode dar essa resposta.” A conselheira Isadora Oliveira
567 Maia salientou que o PID era um programa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SEGEP) e
568 esse projeto especificamente já tinha uma formatação. O que se poderia fazer em uma manhã e uma tarde
569 com grupos dentro das Macrorregiões: você não poderia colocar conselheiros mais que dois, três dias até
570 por conta do custo. Havia alguns conselheiros que não precisavam do sistema básico de informática e não
571 precisavam fazer inicialmente, e outro grupo de conselheiros iriam avançar. Porque? O que era que o
572 DATASUS, SIACS, SIOPS, tipo um sistema de como entrar nas informações, para além disso, outros
573 tipos de educação permanente que tinha que ter uma comissão com grupos formados e também o próprio
574 comprometimento, se pensava que o Conselho não tinha pernas para fazer sozinho, os conselheiros
575 precisavam das comissões para poderem estabelecer a sua verdade de chegar e trazer o seu material e
576 tentar discutir isso. “Esse é um projeto, o que não pode é não ter projetos, o que não pode é os projetos se
577 esvaziarem, porque se forem discutir isso aqui é muito pouco, mas posso dizer para vocês, se aprender
578 pouco para quem não sabe nada a deixar as coisas realmente não acontecer, é por isso que existe esse
579 projeto, inicia-se assim sendo uma forma transversal de buscar essa educação permanente, senão nada vai
580 acontecer para os conselheiros.” A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira colocou que foi muito
581 oportuna a fala do conselheiro Marcos, pois se percebia uma estrutura completamente obsoleta, os
582 conselheiros atuando na base da vontade política de ser conselheiros, mas não havia condições dessa
583 ordem toda, colocada pelo Marcos. Comentou a questão da mobilidade para os conselheiros, onde outros

584 estados tinham carro para os seus conselheiros e o CES não dispunha. “As nossas reuniões estão sendo
585 feitas em meio expediente, não conseguimos fazer, a não ser aqui dentro da SESAB com as dificuldades
586 de um Auditório desses que é muito pequeno. Então, o CES precisa ter realmente mais autonomia para
587 que possamos realmente processar todos esses compromissos que temos com o Controle Social. Inclusive
588 gostaria de falar uma coisa bastante constrangedora, onde hoje não tivemos verbas para que pudéssemos
589 dar aos conselheiros o seu costumeiro lanche. Gostaria de agradecer ao SINDPREV/BA que mandou uma
590 contribuição para o lanche, o Sindicato dos Enfermeiros e Enfermeiras, da AMEA e particularmente eu e
591 Isadora fizemos um bolo de chocolate e uma empanada, pois pretendíamos recepcionar os nossos
592 convidados do CAPS e o CES sem verba para o lanche que sempre estamos fazendo. É oportuno colocar,
593 porque estamos vivendo um momento difícil dentro do CES.” Salientou que a companheira da APAE foi
594 uma das que contribuiu para o lanche da tarde. A conselheira Déborah Dourado Lopes Lembrou que o
595 PID estava perto de fazer 08 anos, era um programa da SEGEP, foi na época de Dr. Antônio e o objetivo
596 era fortalecer. “O PID é financiamento da saúde, está descrito lá quanto é o recurso e quais são as etapas,
597 e acho que o Tele Saúde é a última etapa. Primeiro foi a impressora, computador, e o curso agora. o
598 DATASUS ajuda nesse processo inicial do curso de formação em informática porque o DATASUS está
599 dentro da SEGEP.” Referiu à cartilha do Tribunal de Contas da União (TCU). “Bete, você não está aqui,
600 mas tinha que falar que foi distribuído para todos há muito tempo, já foi apresentado aqui e achamos
601 bastante interessante, mas eles estão reformulando por conta da Lei 141 e ainda não está atualizado na Lei
602 141.” O Senhor Presidente saudou a todos informando que o seu atraso foi por conta da inauguração do
603 Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde (CIOCS). “Inauguramos às 2 horas, mas levei 2 horas
604 para sair de lá do Largo do Tamarineiro para poder chegar aqui, por isso peço desculpas a todos.” Propôs
605 fazer uma alteração de pauta. “Parece que desse ponto já sanamos aqui, fiquei ali atrás e escutei um
606 bocado de coisas, depois falo, mas a realidade do CES é um pouco da realidade do SUS, é o
607 desabastecimento e a falta de recursos. Passamos por isso, mas depois falamos nisso para não perdermos
608 tempo e não prolongarmos, então falaremos no o que ocorrer. Vamos passar agora para a Atualização
609 Sobre a 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora, o pessoal vai passar o
610 panorama de como andam as reuniões. O conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas fez a apresentação
611 da 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora que foi enviada por e-mail para todos
612 os conselheiros do CES. A Conselheira Lilian Fátima Barbosa Marinho colocou que participava de uma
613 subcomissão e havia participado na Macro Leste. “Na verdade é um apelo aos conselheiros, porque foram
614 poucos os conselheiros que ali estavam e, sem dúvida nenhuma, uma conferência que é convocada por
615 esse pleno é difícil entender a pouca participação efetiva lá.” Comunicou que havia participado do grupo
616 do Controle Social e foi um caos. “De fato referendo aqui que Fernando falou a pouca compreensão, mas
617 sem dúvida nenhuma se nós do Controle Social do Estado estivéssemos lá estaríamos em quantidade, e
618 acredito em qualidade. De fato, digo aos meus colegas conselheiros que fiquei muito ressentida, e na
619 conferência precisamos refletir sobre isso e estar na estadual pegando no pesado, porque é uma
620 conferência da maior importância e foi convocada por este pleno.” O conselheiro Moysés Longuinho
621 Toniolo de Souza informou que nos dias 15 e 16 de maio também havia participado da etapa Macro
622 Regional Oeste em Barreiras, onde foi um momento muito interessante. “Particularmente, gostei de ver a
623 organização que teve em Barreiras, a participação dos municípios da região foi muito boa, mas tivemos os
624 velhos desafios de sempre, principalmente da participação de usuários do SUS, conselheiros municipais,
625 onde a prática ainda nos conselhos municipais é tanto de pessoas ligadas à gestão quanto a profissionais
626 de saúde no lugar de usuários do SUS. E essas pessoas estavam de certa forma disputando vaga para
627 poder seguir toda a etapa adiante, ou seja, estadual e nacional. O objetivo nem sempre era a questão de
628 discussão de saúde do trabalhador, tinham pessoas que pouco fizeram propostas, mas queriam saber
629 quando seria a etapa Macro Regional para poder viajar. Fora isso foi um prazer imenso ter participado
630 daquela conferência ao lado da Dr.^a Letícia que fez a apresentação sobre um dos eixos da conferência, fiz
631 a apresentação sobre Controle Social e também conduzi a plenária de usuários tentando ver se
632 conseguíamos peneirar justamente essa questão de que fossem usuários legítimos do SUS e não
633 tivéssemos essa troca de papel. Mas de qualquer forma, para mim que não pude participar tanto da
634 organização, me fazer presente na conferência foi maravilhoso. O Oeste ficou de parabéns, pois
635 conseguiu tirar todos os seus delegados para a etapa estadual, conseguiu discutir com propriedade, e as
636 propostas que saíram de lá, não sei nas outras regiões, pelo menos na Macro Oeste conseguiu inserir com

637 a minha ajuda num dos temas: a questão de AIDS e mundo do trabalho. Dentro de uma das propostas,
638 fatalmente não sei se tem como ir como proposta para a estadual, mas pelo menos discutimos isso que
639 ainda será um fator de agravo para o trabalhador, e no futuro a epidemia disseminada.” A conselheira
640 Célia Maria Alexandria de Oliveira sobre a Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e
641 Trabalhadora, destacou que embora tenha participado na fase inicial de toda organização da conferência,
642 no momento operacional havia adoecido e se afastado de todas as atividades. “Estimo muito que a minha
643 participação não tenha sido a contento, conforme as experiências e os depoimentos colocados, porque foi
644 uma conferência que levamos anos tentando conseguir, foi muita luta, principalmente dos movimentos
645 sindicais e de trabalhadores para que essa conferência existisse, e o fato de não termos uma participação
646 efetiva nos deixa assim preocupados.” O Senhor Presidente lembrou que havia solicitado que fosse
647 projetado que aquelas datas, a exemplo de Vitória da Conquista que estava em aberto e eles colocaram,
648 sendo que havia uma conferência que estava sendo realizada que era em Jacobina. “Essa previsão que
649 estava aqui vale?” O conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas respondeu que não estava confirmada
650 ainda e estavam aguardando a confirmação. “Existem alguns problemas lá de organização e ainda não
651 está definido. Não está definido ainda.” O Senhor Presidente colocou que não havia ninguém da área da
652 saúde do trabalhador para dar o auxílio, mas com a própria comissão organizadora. O conselheiro
653 Fernando Antônio Duarte Dantas informou que Letícia estava em uma atividade na SESAB e quando
654 terminasse, se desse tempo iria até ali, pois ela estava mais na parte organizacional. A conselheira
655 Leonídia Laranjeira Fernandes comunicou que a sua ausência nas reuniões do CES estava se dando por
656 conta de uma gestora e por uma reversão da aposentadoria dela, pois teria que retornar ao trabalho. “Estou
657 recorrendo, então, estou com dois mandatos, tanto do sindicato como da Central Única dos Trabalhadores
658 (CUT) e sem poder exercer o meu mandato por questões da gestão. Como você é sabedor Washington,
659 gostaria de registrar isso aqui em ata, porque é um Controle Social, quando somos conselheiros e temos
660 que fazer o nosso papel. Estou aqui hoje e depois irei compensar horas com a chefe imediata, porque a
661 minha Superintendente não me liberou, como você sabe, até uma assinatura sua para poder exercer o meu
662 papel. Tinha comprado até minha passagem para participar da Plenária, ela disse que não iria liberar e
663 ficou por isso mesmo. Acho que não podemos permitir isso, estou impedida Lílian, não por fala e não
664 lamentando a minha ausência, de jeito nenhum, porque estou compensando as horas e estou fazendo o
665 meu papel tentando cumprir, mesmo vindo contra a vontade do gestor, porque entendo que é importante o
666 Controle Social.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio enfatizou que o clima da conferência
667 tinha sido muito bom, mas quando houve a aprovação ali que recebeu a publicação do Conselho
668 Nacional, mesmo acontecendo foi bom, porque se reuniu os segmentos e estava se tendo uma
669 possibilidade de sensibilizar a discussão da saúde do trabalhador. “Mas ainda fiquei com o sentimento e
670 falei com Fernando de que essa conferência não ficou nítida. Qual seria o objetivo de fato? Porque as
671 coisas têm sido corrida, os municípios acabam não tendo identidade da discussão do que acontece com o
672 município na questão da saúde do trabalhador, com quem vai ser a discussão nacional, e ficou muito
673 parecido que estamos cumprindo uma agenda. Vai ter que ter a Conferência Nacional e achei que foi um
674 prejuízo, mas em nível de infraestrutura achei bom. Em relação à questão de Leonídia, penso que esse
675 Conselho não pode somente deixar no registro, acho que tem que sair um documento do CES, porque
676 estamos falando da lei e esta diz que nos momentos que o conselheiro tiver convocado em atividade do
677 CES, ele é liberado sem prejuízos. E aí não dá para a dona do setor querer dizer que ela está acima do
678 CES, do Controle Social. Temos que tomar como uma agressão aos conselheiros do CES e não uma ação
679 isolada. Então peço a você Washington, que como presidente tome uma postura, porque é uma brecha que
680 pode ser aberta, hoje é Leonídia, amanhã pode ser Marcos e outros, e depois vai ser quem? Vai terminar
681 com o CES? Temos que combater essas atitudes arrogantes, autoritárias dentro de qualquer instituição,
682 inclusive Washington, sei que você tem a habilidade de dialogar, caso contrário teremos que notificar o
683 Conselho Nacional, pois se trata do Serviço Público Federal e lá temos o CNS que precisa se sentir
684 agredido.” O conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça colocou que também estava provando do mesmo
685 veneno exposto pela conselheira Leonídia, porque todas as suas saídas do Ministério tinham que ser
686 compensadas. “Gostaria que o Presidente Washington colocasse para o CNS que é a entidade máxima lá,
687 a situação dos nossos companheiros que são funcionários e que estão na questão do ponto eletrônico,
688 porque está ferindo a lei. Meu chefe me chamou a semana passada e me falou assim: todas as suas saídas
689 para o CES você terá que pagar. E me disse que recebeu bronca do superior por ter abonado meu ponto.

690 Até porque Washington, anteriormente ao ponto eletrônico tínhamos um código que era colocado no meio
691 físico e no ponto eletrônico não temos nenhum código para esse tipo de atividade.” A conselheira
692 Leonídia Laranjeira Fernandes ressaltou que estava compensando naquele momento, mas para ir para a
693 plenária a sua chefe havia lhe negado e não a liberou. O Senhor Presidente mencionou que iria colocar
694 para votação uma solicitação do conselheiro Marcos para que o CES notificasse, não somente os casos de
695 Leonídia e Ricardo que colocaram. Pediria à Secretaria Executiva para outros conselheiros que tivessem o
696 mesmo problema e faria uma notificação. Colocou em regime de votação e foi aprovado a unanimidade.
697 Colocou ainda que a Secretaria Executiva faria a referida notificação e que os conselheiros que tivessem a
698 mesma necessidade procurassem a Secretaria Executiva para que os chefes imediatos fossem notificados.
699 Declarou que chamaria a chefia do Ministério para ter uma conversa e para isso enviaria ofício. A
700 Conselheira Maria Helena Ramos Belos parabenizou o conselheiro Francisco José, ressaltando que no
701 momento do maior conflito ele teve a paciência de ir ao grupo e resolver a questão da escolha dos
702 representantes. “O que ficou claro para todos naquela situação não foi a falta de informação nem a falta
703 de conhecimento em relação ao objetivo da conferência. Simplesmente, quando as pessoas vão para a
704 conferência já vão determinadas a serem delegados, e na hora da escolha desses tais delegados inicia-se
705 um tumulto e toda uma confusão. Sabemos o desafio que foi para a realização dessa conferência, fiquei
706 realmente orgulhosa de ver a habilidade de condução de todos os conselheiros que estavam presentes,
707 existiam pessoas que vinham dos seus municípios e não sabiam nem o que estava acontecendo na
708 conferência. Vemos que há falta de conhecimento, e o propósito da participação das pessoas na
709 conferência. Foi muito importante, o número de pessoas que estavam lá e as confusões que foram criadas
710 foram todas resolvidas com determinação e tranquilidade, porque na hora da plenária geral foi muito
711 difícil e vocês controlaram tudo. Não adiantaria gritar que as coisas não se resolveriam no grito, mas na
712 calma, e as coisas foram resolvidas e todos os encaminhamentos foram feitos.” A conselheira Maria do
713 Carmo Brito de Moraes comentou que participar de uma conferência era algo que trazia além do
714 conhecimento, uma clareza da realidade de como estava o Controle Social e qual a compreensão que os
715 trabalhadores tinham, bem como os usuários. Era algo que havia ficado muito claro, assim como a
716 fragilidade dos Conselhos Municipais de Saúde e que aquela discussão não perpassava pelo pleno e toda
717 confusão foi gerada por aquela questão. “O que me chamou a atenção, pois participei de três Macros,
718 sendo a Leste a de Feira de Santana e a Macro que correspondia a Alagoinhas, e o que ficou muito claro
719 foi a questão do desconhecimento, do que é mesmo trabalhar a saúde do trabalhador. E interessante é que
720 trabalhadores todos somos, mas existia uma série de interesses que perpassava todas as discussões. Todo
721 gestor só queria participar de financiamento e qual a minha compreensão de financiamento? É porque
722 quero compreender o que os outros trabalhadores estão falando do município, e pasmem, está
723 acontecendo coisas horríveis, ninguém está atentando para isso e tem trazido um grande adoecimento.
724 Fiquei agradecida pela participação e compreendi talvez a ausência dos nossos companheiros, pois
725 tivemos ao mesmo tempo uma Plenária de Conselheiros e isso também impedia a participação de todos.
726 Sobre o que Maria Helena falou, não é o quantitativo de conselheiros que pudesse fazer com que a Macro
727 Leste não tivesse aquele arrocho de gritos e de discussões acaloradas, principalmente a área do
728 trabalhador que foi muito difícil, mas a maestria de quem está acostumado, de Francisco, Fernando e a
729 minha tranquilidade de dizer a todos que ninguém estava representando a si mesmo, mas o segmento e a
730 Macro têm que fazer essas coisas todas para conseguir. Mesmo assim acho que os Conselhos carecem de
731 se debruçar sobre essas questões que são de importância para a compreensão da construção de uma
732 política de saúde.” O senhor Presidente colocou para todos os conselheiros que na próxima reunião teria
733 uma resposta mais efetiva da etapa de Vitória da Conquista, a última etapa, mas devia lembrar que
734 considerava como uma grande vitória, porque muitas vezes se esquecia em que ambiente estava, quando
735 se lançou a proposta da 4ª Conferência de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, uma situação muito
736 complicada em todas as esferas. Pensava que iria vencer, faltando um apenas e haveria uma belíssima
737 Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Informou que passaria a condução da
738 mesa para a conselheira Célia pela bandeira de luta que ela acumulava há muitos anos na questão da
739 saúde mental, e sabemos o quanto ela lutava para levar aquele tema ali para o CES. “Passarei os trabalhos
740 da mesa para que Célia faça a condução, pedirei licença a todos, pois preciso fazer apenas um
741 atendimento ali.” O conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas colocou que não constava na pauta a
742 questão da eleição da mesa diretora, mas seria importante colocar, porque a Comissão Eleitoral formada

743 por ele, Maria do Carmo, Olivia e Maria Luíza havia tirado um parecer sobre o processo eleitoral da mesa
744 diretora, por conta de uma série de adiamentos da reunião extraordinária para a eleição, por conta da
745 questão da greve dos ônibus e a própria 4ª Conferência Estadual de Saúde do Trabalhador e Trabalhadora
746 que coincidiu, houve uma série de adiamentos. “Elaboramos um parecer e encaminhamos à Secretaria,
747 apontamos três problemas e um dos problemas que apontamos já foi resolvido, que é a substituição da
748 titularidade pela suplência de um dos componentes da chapa única, mas em dois problemas precisamos
749 tomar um posicionamento, que é a data da eleição e o processo de como se dará essa eleição. Já
750 encaminhei à Secretaria, mas passo as mãos da mesa para tomar conhecimento.” O Senhor Presidente
751 informou que a mesa já tinha conhecimento e no o que ocorrer, onde se teria um tempo maior se discutiria
752 sobre o assunto. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio solicitou questão de ordem informando
753 que necessitaria se retirar, pois tinha outra atividade já programada. Disse que o documento poderia ser
754 lido de forma resumida, senão se disponibilizar para os conselheiros para que fossem feitas as correções,
755 por não ser fruto de deliberação que não poderia ser dentro do o que ocorrer. “Tem que ser dentro de uma
756 reunião exclusiva, dentro de uma pauta em uma reunião extraordinária e observar com a Coordenação
757 Executiva se os problemas foram sanados e já marcamos o dia da eleição, porque vou ser sincero, nunca
758 vi um processo de eleição de uma mesa, que é dentro dos membros com tanta burocracia como é para a
759 escolha da mesa diretora desse CES.” A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira colocou que
760 lastimava profundamente o caos que estava acontecendo naquele dia na cidade, que inclusive estava
761 impedindo de ter acesso àquele auditório os verdadeiros protagonistas, como dizia, daquela luta da saúde
762 mental que eram os próprios usuários. “Teríamos aqui adolescentes e crianças que iriam estar aqui junto
763 com os técnicos do CAPS conosco, mas infelizmente todos moram em bairros muito distantes, inclusive
764 um dos palestrantes. Estou realmente muito triste que vocês não possam ouvir o Luís Felipe, até que
765 dizemos muito, companheiro Moysés, somente quem sente a dor do problema é quem pode verbalizar a
766 essa dor de uma forma mais explícita. “Quem está no movimento, os Técnicos da Saúde Mental, sentimos
767 da mesma maneira. Lastimo tanto, porque foi toda uma luta para que o Luís Felipe pudesse estar aqui,
768 mas isso evidencia exatamente a fragilidade desse segmento. É um segmento sem inclusão social
769 nenhuma, diria até junto com o movimento de AIDS, que somos os deserdados do sistema de saúde. É
770 preciso que esse controle tenha a clareza do seu papel de acolher, pois não podemos ter um país decente
771 sem que suas crianças e seus adolescentes, sejam quaisquer as situações que apresentem, se eles no futuro
772 de uma geração e de um país não estejam totalmente incluídos com um olhar totalmente diferenciado,
773 mas que eles possam estar estudando sem o preconceito. Hoje para mim é um momento muito importante,
774 porque deixo essa mesa e encerro os meus trabalhos enquanto dirigente dessa mesa com uma
775 sincronicidade tão especial, porque são duas pautas muito cara. O nosso ardor militante, que é a questão
776 da AIDS e da Saúde Mental, dois grupos com uma grande identidade juntos trazendo isso hoje para a
777 discussão. Infelizmente os usuários e usuárias não conseguiram chegar até aqui, mas temos aqui duas
778 técnicas que fazem um trabalho muito bom, são técnicas da SESAB, militantes também da área de saúde
779 mental, são duas lutadoras que estão aqui e vão trazer um pouco dessa triste realidade dos CAPS. Foi por
780 isso que pedimos ao companheiro Marcos, embora ele esteja precisando urgentemente sair, mas como
781 Presidente do Conselho Municipal de Salvador a realidade de hoje dos CAPS não pode deixar de ser
782 completamente vista por todos, e quando o Secretário retornar, uma coisa que pediremos a ele é a
783 necessidade de uma reunião urgente para tratar dessa questão com a área técnica da SESAB e com as
784 pessoas do movimento em defesa da saúde mental, a questão da Rede de Atenção Psicossocial que é uma
785 lástima se vocês percorrerem os CAPS e os Hospitais Psiquiátricos. Tratar também da questão da
786 desinstitucionalização, mas não quero tomar o tempo das companheiras que irão fazer uma brilhante
787 exposição, e como digo: deixo inclusive essa mesa faltando um tema que me foi muito caro e que até
788 aproveito para encerrar lendo uma coisa muito interessante que veio do CAPS de Águas Claras na
789 manifestação que tivemos em maio pela mobilidade social: saúde não se vende, loucura não se prende.” A
790 senhora Isabel Barbosa agradeceu ao convite feito pelo CES para a exposição da situação da saúde mental
791 dizendo ser uma honra, pois saúde mental sempre era deixada para trás. Fez a apresentação sobre Saúde
792 Mental que foi enviada para todos os conselheiros por e-mail. A conselheira Célia Maria Alexandria de
793 Oliveira salientou que o Mobiliza RAPS era um grupo que atuava, já havia falado bastante, a
794 companheira Isadora e Maria do Carmo também participavam, eram lutadoras da saúde mental e estavam
795 inclusive levando a questão da invisibilidade. “Uma das coisas importantes do movimento é que foi

796 reconstruída a Residência Multiprofissional em Saúde Mental que voltou a funcionar, há outro projeto
797 interessante que é da questão da economia solidária, onde se tem o projeto pautado na universidade para
798 integrar essas pessoas ao trabalho. Então, quando os companheiros falam isso os conselheiros estão
799 permanentemente próximos a vocês nessa luta.” A Senhora Liana Figueiredo Almeida de Souza colocou
800 que a área técnica a partir de 2011 e efetivamente em 2013 começou um processo de discussão da
801 infância e adolescência e entendia que atrás de cada história levada por cada pessoa tinham conflitos e
802 esses conflitos poderiam acontecer e desenvolver algum transtorno, assim como algum uso abusivo de
803 álcool e outras drogas. “É importante que de fato possamos estar fazendo essa reflexão, tendo a percepção
804 melhor dessa história diante dessa falta e dessa necessidade que esse cidadão tem, e que muitas vezes
805 acontece o desenvolvimento de algum tipo de transtorno. Cada criança dessas deve ser de fato olhada com
806 cuidado, e existe toda uma perspectiva de discussão regional através das elaborações dos planos de ações
807 das regiões que é feito com os gestores. E é nessa perspectiva que a área técnica vem desenvolvendo suas
808 ações de um modo conjunto para que possamos ampliar esse número de CAPS em atenção especial à
809 infância e adolescência. O desafio não é só implantar o serviço, na verdade a muito custo e fruto de
810 muitas discussões técnicas conseguimos convencer muito dessas pessoas a pactuarem os CAPS. Não é só
811 do CAPS que precisamos, precisamos ter um serviço de fato qualificado, porque precisamos promover
812 cuidado para a infância e adolescência. Não é só implantar o serviço, por isso que uma dessas questões
813 que colocamos aí é a discussão constante dessa Rede de Infância e Adolescência para que produzamos de
814 verdade um diálogo de qualidade, e que de fato realizemos a atenção psicossocial e não apenas abrir
815 serviços, ter serviços ambulatoriais e pronto. Na verdade, temos esse desafio e contamos com o apoio de
816 vocês enquanto CES nesse sentido também.” O conselheiro Josuéilton de Jesus Santos destacou que
817 quando se tratava de saúde mental tinha um conteúdo muito rico para passar para as pessoas que
818 desconheciam esse universo, mas falando especificamente em infância e adolescência tinha alguns
819 aspectos, algumas cobranças, contribuições, e uma das contribuições era que na parceria SESAB e
820 Ministério Público fosse incluído necessariamente a sociedade civil organizada e o movimento social.
821 Disse que sociedade civil organizada significava pais e mães e todas as outras pessoas que faziam parte
822 daquela sociedade e que as associações e instituições que já existiam beneficiando ou diminuindo esse
823 sofrimento psíquico dessas famílias não pensasse na criança como apenas um elemento, mas como uma
824 família, porque quem cuidava dessa criança era pai e mãe. “Só acreditamos que existe esse problema com
825 uma criança ou conosco quando está no nosso quintal. Já tive companheiros conselheiros que diziam
826 assim: já fui chamado de diabinho que fica aí pressionando as pessoas, então precisamos atentar para
827 esses detalhes. Somos crianças, adultos, pais, avós e bisavós, em que momento teríamos que cuidar de
828 crianças se antes não formos crianças e passamos por esse sofrimento? Precisamos atentar para esses
829 detalhes, pois quando chega na nossa casa, aí sim acreditamos que os nossos também sofrem. Se não for
830 eu pode ser o meu filho, o meu neto, o meu sobrinho ou aquele ente querido mais próximo, daí
831 passaremos a respeitar mais essa situação da infância e adolescência.” Com relação a centro de cuidado
832 que fosse referência no Campo Grande que era referência para o autismo. Perguntou o que desencadeou,
833 pois até hoje não se teve resposta sobre aquilo. Comentou que quando se tinha uma criança em uso de
834 substância psicoativa, ou seja, uso de drogas, essa criança era encaminhada para o CAPS AD e este dizia
835 que não iria cuidar, porque lá não atende criança e adolescente. Daí se leva para criança e adolescente que
836 diz que não vai cuidar, porque é para criança e adolescente e não para drogado, para drogado é AD.
837 Perguntou qual CAPS seria criado para atender essa criança. A conselheira Célia Maria Alexandria de
838 Oliveira enfatizou que foi interessante o que o conselheiro Josuéilton havia colocado, porque não existia
839 uma política efetiva de saúde mental. Quando se tratava de álcool de drogas as pessoas esqueciam
840 também da questão do transtorno e a política que se tinha hoje em nível nacional estava muito mais
841 focada na questão de álcool e drogas de que propriamente na questão do controle da saúde mental e seria
842 importante que estivesse ali presente na discussão. A conselheira Isadora Oliveira Maia mencionou que
843 conhecia o pessoal da área técnica da saúde mental, havia toda uma grande investidora da vontade de
844 trabalhar, da vontade de fazer, existia um embarramento, um esbarrar nas políticas públicas que ainda
845 não foram implementadas as formas, muitas vezes a sociedade civil de organizações que como chegar e
846 de que forma construir e que muitas vezes desconstruía o sistema. “Sabemos disso porque não é fácil lidar
847 com uma área técnica tão comprometida, e sempre que solicitada toda a equipe nas reuniões, nas
848 audiências realmente existe um empenho muito grande. Parabéns, porque realmente temos sempre aquela

849 vertente de criticar e vocês têm esse engajamento. Imagino que 10 CAPS apenas na Bahia é algo fora do
850 contexto, o Ministério Público chega como realmente disseminador dentro dos municípios, que ali
851 existem o Ministério Público e o pessoal da Infância e Juventude precisa dessa área técnica da SESAB.
852 Enquanto construção, vejo uma grande capacidade e vejo que muitas vezes esbarra em outros problemas
853 que não precisam ser discutidos aqui, e é nossa responsabilidade enquanto conselheiros, ao apresentar o
854 Plano Anual de Saúde, tanto nos estado como nos próprios municípios para que implementem essas
855 políticas a essas atividades de saúde mental que é alijado de um processo, é alijado de uma construção,
856 desde os problemas dentro das universidades, desde a vertente de qual é a participação. Ao fazer o
857 Relatório Anual de Gestão você vê lá onde estão essas ações e o trabalho ali, por exemplo, você chega às
858 9h da manhã com a equipe e todos trabalhando e debatendo em rede mesmo e buscando uma maior
859 capacitação.” A conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes parabenizou aos técnicos de saúde mental
860 que apresentaram ao CES por ter se debruçado sobre a discussão de uma área tão esquecida, porque a
861 saúde mental era excluída e esquecida mesmo. “Meu filho tem deficiência mental e cuido de um cunhado
862 que é esquizofrênico, tenho esse sentimento, não só por conta deles, mas por conta de todas as crianças.
863 Tem uma musica que diz assim: se o mundo é bom para as crianças ele é bom para todos, e como faço
864 parte do Fórum de Crianças e Adolescentes, o CMDCA, onde sempre digo que há uma necessidade de
865 mais entrosamento em todas as áreas e todos os Conselhos, que é preciso que todo mundo que esteja
866 começando e também companheiros da APAE. Trouxe uma professora que lida com essa realidade, com
867 meninos com deficiência e que apresentam transtornos, e a dificuldade em que as mães se encontram é
868 um compromisso nosso de mãe e sociedade civil estar junto da área técnica para podermos trazer para
869 essas crianças uma nova perspectiva de vida. Moro em um bairro periférico, onde as pessoas não mais
870 acreditam nas crianças, tem medo, e muitas não querem nem mais parir, onde muitas mulheres dizem:
871 para quê? Acho que isso é o sintoma de uma sociedade que não protege as suas crianças e é preciso que
872 tratemos isso. Trabalhamos em um grupo espírita com crianças que são filhos de detentos, de ex-detentos,
873 órfãos, e muitos deles apresentam sinais de transtornos através dos comportamentos. E há um sentimento
874 de compaixão por essas crianças, pois olhamos e pensamos: para onde encaminhamos para que tenha uma
875 atenção especial, para que essas crianças não trilhe o mesmo caminho dos seus familiares. Trazer a
876 discussão de saúde mental infanto-juvenil é bem importante para que possamos debruçar sobre essas
877 questões e ajudar na maneira em que podemos, para que esse trabalho brilhante realmente venha dar
878 frutos e que possam ser futuros conselheiros e profissionais, porque se não cuidarmos das crianças,
879 provavelmente vamos ter dificuldades na formação dessa retaguarda de trabalhadores.” O Senhor
880 Secretário Geral agradeceu pela apresentação e salientou que iria levar para uma situação bem parecida,
881 porque era o caso de crianças e adolescentes com HIV/AIDS que pela situação de discriminação no Brasil
882 elas sofriam uma violência muito grande que era a questão do abrigo e institucionalização.
883 “Costumamos dentro do movimento de AIDS falar das crianças institucionalizadas, e a antiga portaria de
884 casas de apoio vivendo com HIV/AIDS sofreram uma modificação a uns, 2, 3 anos atrás, para que
885 também pudesse ter a casa de apoio voltada para criança e adolescente, porque antes era só para adultos, e
886 mesmo assim tínhamos instituições onde crianças eram depositadas pelos seus familiares, pois ninguém
887 queria saber delas porque pai e mãe eram soropositivos e a criança também era soro positiva. Temos casos
888 também de crianças que não eram soro positivas, mas só pelos pais terem morrido a família discriminou e
889 institucionalizou também. São casos terríveis, não só de órfãos, mas de crianças que foram abandonadas
890 pelos próprios pais e pelos restantes dos parentes. São crianças que sofrem ou virão a sofrer violência,
891 abandono e abuso. Lembro-me do caso de uma criança da Casa de Apoio e Assistência ao Aidiético
892 CAASA, hoje temos presente Rosália Pires, Railda e Ângela que são companheiras nossa do Movimento
893 de Luta Contra a AIDS da RNP, e conheci há um tempo atrás e dá para citar, porque o nome não é
894 verdadeiro. O Pedro lá na CAASA em que os pais morreram e a família depositou ele, e só depois de
895 muito tempo a avó procurou ele na CAASA, depois de muito tempo a avó criou coragem. A avó tinha
896 medo, e a avó quando ele tinha 6 anos de idade tentou um contato, porém, o que essa avó encontrou, e por
897 incrível que pareça foi no mesmo dia em que estava visitando a CAASA não foi mais o ser humano, foi
898 um vegetal, uma pedra, porque as pessoas da CAASA só ficavam prostrado no chão, inerte. Ele não
899 falava, não reagia, não tinha uma condição de ser humano, e lembro-me que a avó tentava
900 desesperadamente naquele primeiro contato de retomar um vínculo com a criança, era chamar por ele,
901 mas ele não respondia mais ao nome, não respondia mais a estímulo nenhum. Então, temos muitos casos

902 desse tipo e ainda temos casos de crianças que viraram adolescentes e que agora são jovens com
903 HIV/AIDS, que além da falta do vínculo familiar tiveram graves problemas na socialização para irem
904 para a escola, para viverem o início da sua sexualidade, tendo que lidar com a sorologia soropositiva e
905 tendo também que lidar com o não conhecimento da sorologia, porque lhe foi negado muitas vezes saber
906 da sua sorologia, não entenderem porque eram castrados na sua sexualidade e do por que não poder
907 namorar ninguém, pois além de tudo ainda sofriam isso.” Mencionou que o primeiro emprego era uma
908 coisa difícil para eles, porque não tinham perspectivas de futuro e eles achavam que iriam morrer por
909 causa do HIV/AIDS. Porquanto, tudo isso gerava rebeldia. A falha na adesão ao medicamento, onde
910 muitos não tomavam medicamentos e morriam por causa disso, outros se tornavam usuários de drogas,
911 outros tinham depressão grave e o abandono era real. “Gostaria que vocês pensassem nisso, que temos
912 instituições que são casas de apoio e que estão lidando com isso de uma forma que não está conectado
913 com o setor de saúde mental da saúde normal. Precisamos muito da atenção de vocês para isso, porque
914 não aguentaria ver outra situação como vi tempos atrás.” A conselheira Célia Maria Alexandria de
915 Oliveira enfatizou que era muito forte a colocação do conselheiro Moisés quando dizia: a avó depositou
916 ele lá. Eram verdadeiros depósitos humanos de pessoas em sofrimento, em instituições psiquiátricas em
917 uma condição humana realmente absurda. A conselheira Olivia Santos Pereira saudou a equipe pela
918 coragem de estar naquela frente de trabalho, relatando que em 2005 quando defendeu a sua tese de
919 doutorado foi buscar nas crianças e adolescentes ditas normais, nas escolas, duas públicas e uma
920 particular, mas quase pública e havia ficado muito surpresa, porque em 450 crianças avaliadas, diria que
921 um percentual de 70% estavam com sintomas depressivos e sintomas graves de ideias suicidas, falta de
922 perspectiva, negativismo diante da vida, onde havia ficado muito penalizada, onde daqui a 6 anos era uma
923 previsão da ONS de que a depressão estaria sendo a grande epidemia, ocupando o primeiro lugar nas
924 causas de mortandade. “Penso que esse seja o momento de tentarmos refletir sobre a pergunta que o
925 grupo está fazendo, do que é preciso ser feito. A meu ver teria que ser uma parceria, que é tão grave a
926 situação que teríamos que buscar na educação, na área jurídica e na saúde ações coletivas, porque elas
927 também são vítimas de violência doméstica e precisariam passar por um processo de educação entre mãe,
928 pai e crianças desenvolvendo os grupos. Educação de valores humanos, ações de saúde, Conselho Tutelar.
929 O que pode ser feito? Às vezes ouvimos esse relato: o meu vizinho espanca o filho e diariamente ouço a
930 criança gritar. Então a assistência que existe hoje a meu ver e agora confirmo diante do exposto por vocês,
931 é que se tem dado muita atenção às grandes patologias, as psicopatologias, as dependências de
932 substâncias, mas esses transtornos mentais afetivos? Isso que vocês chamam de invisibilidade do
933 sofrimento psíquico, como fazemos ações voltadas para essa parcela? E essas crianças que estão aí?
934 Fiquei realmente tocada com esse vídeo e em alguns momentos tive vontade de chorar. É triste ver uma
935 criança como vimos ali, sem o brilho no olhar. Uma criança quando perde o brilho no olhar você já sabe,
936 ela está em sofrimento psíquico profundo, falando em morte, sem perspectiva nenhuma. Penso que esse
937 seja o momento, pois nunca vi um momento tão especial nesse curto período de CES, um momento que
938 realmente me sinto na obrigação de estar refletindo junto com vocês, e tentando ver o que podemos fazer.
939 Não deveria ser esquecido isso pelos conselheiros, que não fosse mais uma denúncia, mais uma reflexão
940 que ficasse só em ata sem retirarmos atitudes práticas.” O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos
941 comentou que no CES estava uma vez se falando sobre a questão da saúde mental e aquele relato foi
942 feito, que as pessoas que tinham transtornos mentais seriam os diabinhos que andavam pela rua
943 incomodando e infelizmente havia escutado de um profissional de saúde aquela informação. “Penso que
944 se a questão não for tratada da forma que deve ser feita vamos continuar ouvindo essas notícias. Ontem
945 mesmo sete jovens se reuniram e mataram o seu colega, fruto talvez de um desequilíbrio que não foi
946 tratado, que vai depositado nesses ambientes que eles são depositados pela sociedade, e aí vamos vendo a
947 multiplicação da presença das crianças na violência, porque a criança tem certa desenvoltura por conta de
948 uma determinada área em que vive e o conduz a violência, o desequilíbrio e muitas vezes são
949 aproveitadas para servirem ao mundo do crime.” Disse que acompanhava a população privada de
950 liberdade e percebia que não ficava só nas crianças, mas ia se desdobrando e acabava nos presídios, e
951 quantas pessoas que ficavam lá no canto e não levantavam a cabeça para se comunicar, sendo rejeitada
952 por aquela população por conta daquele comportamento. “Moisés é um nome fictício que também tem um
953 transtorno mental, está no presídio e a família não procura. Já cumpriu umas dez penas da qual ele deveria
954 cumprir, mas continua lá no sistema prisional, não tem para onde ir. Então isso me intriga e a sociedade

955 penaliza.” Pediu desculpas pelo seu atraso na reunião, alegando que estava acompanhando um contrato no
956 Hospital São Rafael e também tinha uma atividade às 18:30h na Federação. “Como temos a indicação de
957 dois conselheiros para acompanhar a implantação da Saúde do Sistema Prisional gostaria de me colocar,
958 até porque fazemos parte do grupo que construiu essa política de assistência à saúde e gostaria de
959 continuar acompanhando. Terei que sair, e se possível gostaria de continuar nesse GT juntamente com a
960 Irmã Geralda.” A Conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho parabenizou as expositoras pela
961 apresentação e salientou que iria fazer um papel bem provocador. “Vocês trouxeram perguntas para
962 refletirmos juntos, vou devolver com pergunta. O que é que está faltando do ponto de vista prático para
963 que seja expandido o número de CAPS AD para crianças e adolescentes? O que é que está faltando, é
964 recurso? É recurso humano? A definição está ali, vocês colocaram 42 CAPS que serão implantados, mas
965 quando? Onde é que está pegando? Acho que isso são questões, sei que depois teremos que implantar a
966 preocupação da manutenção de ter profissionais qualificados, mas quando é que isso vai acontecer?
967 Quero ser extremamente pragmática, porque o meu lugar de fala é do movimento social, do movimento
968 de mulheres que lutam há anos. Temos uma luta muito antiga e cada gestão vem com um novo plano, com
969 um novo nome que agora o último na assistência obstétrica é a Rede Cegonha, que é uma coisa ridícula
970 que nem criança acredita em cegonha, mas temos esse nome porque foi desenhado, definido e parece
971 contrapor a momento de disputa eleitoral. Então, com base nessa experiência que trago e que não
972 aguentamos mais tantos planos, sei que vocês são gestão, então estou devolvendo a pergunta para vocês.
973 Onde é que está pegando para os conselheiros do CES, porque sensibilizada sou com a questão, não há
974 dúvida, o diagnóstico que vocês trazem com muita delicadeza e muita sensibilidade, é difícil não
975 entendermos que isso não é importante como tantas outras questões, mas como conselheira quero saber
976 onde é que está pegando.” O conselheiro Fernando Antônio Duarte Dantas destacou que primeiro a
977 realidade estava ali, uma das realidades mostradas e que lhe tocava muito era a questão do trabalho
978 infantil, uma realidade no Brasil que ainda não se conseguiu vencer, o desafio de acabar com o trabalho
979 infantil. Outra realidade também cruel era a questão de cada vez mais se ver crianças em idade cada vez
980 menores entregues à droga, era lastimável dava vontade de chorar, quando parava o carro no centro da
981 cidade de Salvador e via as crianças que deveria ter em torno de 5 a 10 anos se estapeando para ganhar 1
982 real para comprar droga. “É a realidade crua que a sociedade como um todo precisa parar para discutir
983 isso, porque estamos caminhando para uma juventude totalmente perdida. Quando se fala tanto em
984 educação, precisamos saber de vocês, porque vocês são mais gabaritados para dizer o que precisa ser feito
985 e enquanto CES encaminhar essa luta. Tudo bem, vocês nos trouxeram a reflexão, questões que
986 precisamos refletir, mas ninguém melhor que vocês para dizerem o que precisamos fazer e o CES precisa
987 ajudar. Então devolvemos isso para vocês, e no compromisso de tentar resolver os problemas, e como
988 Lílian perguntou: o que é que está pegando para tentarmos resolver? Parabéns pela apresentação, é uma
989 realidade dura, mas que precisamos tomar conhecimento.” O conselheiro Josueliton de Jesus Santos
990 aproveitou as falas dos conselheiros Lílian e Fernando e salientou que viu e ouviu que se tratava de trinta
991 municípios que atendiam à portaria e até ali tudo bem. Justificava porque se tratava de trinta municípios
992 que estavam acima de setenta mil, no entanto tinha um município com aproximadamente 3.000.000 (três
993 milhões), o que precisariam de aproximadamente quantos CAPS, já que era para cada 70.000, pelo menos
994 quarenta CAPS em Salvador. Perguntou o que estava pegando para que pudessem continuar em território,
995 ou seja, para cada CAPS, dos dezoito que já existiam credenciados pelo município terem um suporte para
996 o CAPS IA, já que não eram mais para implantar o serviço. Porque não davam o suporte nos CAPS II e
997 III que já existiam para o CAPS IA, o que seria somente uma idéia de que não justificava as gestões
998 municipal e estadual dizerem que a setenta teriam que atender a portaria, mas no município de Salvador
999 tinham três milhões. Então, teriam que ter quarenta serviços daquele modelo e só tinham apenas dois.
1000 Então o que acontecia na gestão municipal, porque o recurso não chegava, e se chegava o que era feito?
1001 Eram coisas daquele tipo que também tinham respostas e deixariam para as apresentadoras responderem.
1002 A Conselheira Gislene Villas Boas Torres da Silva agradeceu a presença de todos e parabenizou a
1003 conselheira Célia Alexandria, ressaltando que há tanto tempo vinha batendo naquela tecla, e naquele
1004 momento estava ali, era um assunto que realmente tinham que voltar, porque tinha muitas coisas ainda
1005 para serem vistas e ditas. Inclusive havia feito um curso há pouco tempo de capacitação sobre a
1006 prevenção do uso de drogas pelo Ministério da Saúde, porém, sentiu muita falta daquela saúde, a questão
1007 da psicossocial, pois, não se falava muito sobre o assunto, o problema das drogas, o que ela causava, mas

1008 o que poderia prevenir esse uso das drogas realmente faltou pelo próprio Ministério da Saúde. Era uma
1009 questão que as pessoas não gostavam muito de falar sobre o assunto, mas era uma realidade e pediu que
1010 retornassem com mais detalhes, porque quando uma pessoa tinha saúde mental até a própria saúde física
1011 da pessoa melhorava, o estado físico, diminuindo as idas aos hospitais. A saúde mental realmente causava
1012 muita coisa, sendo o início de tudo. O Conselheiro Ricardo Luiz Dias Mendonça parabenizou a
1013 apresentação, destacando que era uma realidade também na questão do serviço público, já que ele era
1014 funcionário do Ministério da Saúde, da área de recursos humanos e estavam com o índice muito grande
1015 de servidores depressivos e servidores com transtornos mentais a ponto de estarem indo para a Justiça
1016 Federal para interditar os servidores, porque a situação tinha chegado a um ápice de tentativas de
1017 suicídio dentro das repartições, agressão física e abandono total da família. Por isso, um dos casos que
1018 poderiam estar discutindo ali, que existiam mecanismos legais para que incluíssem a família naquela
1019 discussão e no acompanhamento do doente, acreditava que o Ministério Público teria que estar acionando,
1020 porque a família, ao mesmo tempo do trabalhador se beneficiava com o dinheiro que o doente recebia, e
1021 aquilo acontecia não somente com os trabalhadores, mas também com aqueles usuários da Previdência
1022 Social. Dizia aquilo porque tinha um caso bem próximo que estava acompanhando atualmente, em que a
1023 família simplesmente pegou uma pessoa esquizofrênica, o pai acabou por falecer que era o tutor natural,
1024 então ele foi interditado, faleceu, estava na Vara de Família para fazer a sucessão, mas a família o pegou,
1025 jogou em um determinado lugar e estava lá sendo beneficiado com o dinheiro que ele recebia. Foi lá,
1026 contratou uma pessoa, além do risco que estava colocando para a população. Uma preocupação que tinha
1027 bastante era que ele morava no centro da cidade, andou viajando e algumas pessoas lhe perguntaram
1028 sobre a “Cracolândia da Rua da Independência”, e quando passavam por lá se observava uma limpeza
1029 étnica, porque todas às 04:00h da manhã quando passava ali pelo jardim de Nazaré com o seu cachorro,
1030 todas as pessoas dali tinham saído. Perguntou onde a Prefeitura havia colocado aquelas pessoas drogadas,
1031 a maioria usuárias de crack, onde estavam. Esperava até que o prefeito desse continuidade ao tratamento
1032 daquelas pessoas, que fizesse inclusão social, chamasse as famílias, então deveriam cobrar aquilo depois
1033 da Copa, o que era uma responsabilidade de todos os conselheiros ali presentes. Colocou que precisavam
1034 ali no CES como o conselheiro Ricardo havia dito e a conselheira Lílian, que o CES tinha uma
1035 responsabilidade social e teriam que chamar o Ministério Público, pois a Política de Saúde Mental estava
1036 bastante definida, e quem não estava colocando era o gestor? Então chamariam o gestor à
1037 responsabilidade, porque dentro da estrutura, do plano orçamentário que tem vindo prestar contas no
1038 CES, todas as ações em dinheiro, o que estava sendo investido em dinheiro era uma provocação que
1039 levaram para o CES, mas também queria ouvir se estava faltando recursos, material humano, o que estava
1040 faltando. Se existia uma carência muito grande de psiquiatras, o que foi discutido em Brasília com relação
1041 à questão das especialidades médicas e as carências que existiam nos estados, e no estado da Bahia sabia
1042 que existia uma carência muito grande em psiquiatria. O que estava precisando seria reativar, fortalecer a
1043 residência de psiquiatria, os profissionais da área, precisavam sair dali com aquilo e gostaria que
1044 apresentassem um diagnóstico para o CES, não naquele momento, mas por escrito, do que realmente
1045 estivesse faltando para a Saúde Mental funcionar no estado da Bahia. A conselheira Leonídia Laranjeira
1046 Fernandes parabenizou a conselheira Célia por ter levado o debate ao CES e a sensibilização para todos
1047 os presentes, porque conheciam superficialmente, porém, não tinham o conhecimento profundo da
1048 realidade, e convivendo um pouco com a cidade, já que tinha trabalhado também na área de
1049 epidemiologia juntamente com a conselheira Lílian fazendo as prevenções durante algum tempo e
1050 conviveram com aqueles problemas, o que a levava, a saber, que ultimamente, tinha visto “muito doido na
1051 rua”. Mencionou que inclusive existia uma lei que dizia que era melhor estar junto da família para a
1052 mesma cuidar, que o tratamento melhorava, mas, o que se sentia era a rejeição da família, pois a mesma
1053 não aceitava. Perguntou como se poderia criar um acolhimento, porque aquelas pessoas saíam e não
1054 tinham onde ficar, já que a família não queria, então, se via que a pessoa não melhorava, só piorava e
1055 voltava pior do que já estava. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira denunciou que a
1056 Secretaria Municipal de Saúde, infelizmente no mês de maio quando ocorreu a mobilização dos militantes
1057 em saúde mental, houve por parte do secretário de saúde uma repressão àquela manifestação, chegando ao
1058 ponto de se dirigir a todos os profissionais de CAPS para que os mesmos não participassem da
1059 manifestação e não deixassem os usuários e usuárias participarem, o que era muito preocupante. Além de
1060 tudo houve uma censura dentro dos próprios CAPS chegando ao ponto de haver proibições, de que as

1061 reuniões realizadas pelos técnicos, usuários e familiares da Saúde Mental ele queria que se extinguisse
1062 dentro dos CAPS. Era extremamente preocupante, porque estavam retomando um verdadeiro retrocesso
1063 do ponto de vista democrático, e mais do que aquilo, alguns técnicos que estiveram à frente daquele
1064 trabalho, porém não iria revelar nomes, até para que os mesmos não sofressem represálias maiores das
1065 que já estavam recebendo. Os próprios técnicos que estavam à frente daquele movimento estavam sendo
1066 ameaçados do ponto de vista profissional, era muito importante que se dissesse aquilo, era muito bom que
1067 o secretário de saúde do estado tivesse retornado para que tivesse aquela escuta, e logo quando ela iniciou
1068 aquela pauta já havia solicitado dele uma reunião com os técnicos da SESAB para discutir a questão da
1069 rede e da desinstitucionalização. Como tinha sido dito, muitas crianças estavam em sistema carcerário em
1070 nível de hospitais psiquiátricos, crianças e adolescentes, e tinham certeza que o Governo do Estado
1071 através do seu secretário tinha uma política diferenciada, e ela própria tinha sido como conselheira
1072 testemunha de que tinha havido por parte do antigo secretário de saúde e do atual, por toda a equipe
1073 técnica da gestão e por parte do grupo de profissionais do Instituto de Saúde Coletiva - ISC/UFBA, com a
1074 Doutora Mônica que fazia um trabalho na questão da formação de residentes em Saúde Mental. Sentia
1075 exatamente a diferença entre as gestões e seria preciso que aquilo estivesse claramente dito ali, porque
1076 havia uma preocupação muito grande, porque era um retrocesso do ponto de vista da democracia. Então
1077 pediu ao secretário a reunião com a sua equipe técnica, já que vários conselheiros ali estavam solicitando,
1078 o que tinha sido realizado em nível de governo de uma Política Pública de Saúde Mental. A Senhora
1079 Liana Figueiredo informou que todos tinham uma responsabilidade muito grande com a população, eram
1080 muitos anos de história e em todas as instâncias deveriam se sentir responsáveis pela população que
1081 sempre foi vista de uma forma invisível, porque a forma que as pessoas não tiveram aquele olhar dentro
1082 daquele sistema de um modo geral que era o sistema onde ela falava de todas as instâncias
1083 interinstitucionais, mas também particularmente da saúde que estavam tratando daquele tema, mas era um
1084 tema que realmente envolvia todas as instâncias em relação às instituições envolvidas naquela atenção à
1085 pessoa que era muito complexa. Em relação ao conselheiro Josuéilton, disse que realmente o Governo do
1086 Estado havia feito um convênio com o Hospital Martagão Gesteira, onde foi feito no Campo Grande o
1087 antigo Centro de Puericultura uma reforma que estava em processo de conclusão, e através da área técnica
1088 foi desenvolvido um termo de referência. Em relação à Atenção à Pessoa com Transtorno do Espectro
1089 Autista (TEA), prioritariamente seria um serviço de matriciador, já que seria um serviço único, e como
1090 matriciador teria um papel importante, voltado tanto para atenção, mas também para a capacitação de
1091 profissionais para lidar com o TEA. Foi realizada análise jurídica do termo, dada a devolutiva e já havia
1092 sido mandado e entrando a análise da área técnica para que fizesse as adequações necessárias para que
1093 pudessem dar o encaminhamento. Fizeram também a articulação com o Ministério da Saúde, porque era
1094 um serviço que também dependia de recursos e responsabilidades, não só da gestão estadual como
1095 também da esfera federal, porque ele iria fazer parte da Rede de Cuidados de Pessoas com Deficiência
1096 que era uma população que precisava ter um cuidado e um olhar especial no CES, e realmente em outro
1097 momento estariam trazendo outro trabalho naquele sentido. E acontecendo, praticamente já seria possível
1098 que, equipando com aquele termo pronto, passando pelo jurídico, finalizando a reforma, já poderiam estar
1099 iniciando os atendimentos. Em relação à situação colocada ali sobre a saúde, como estava a Rede de
1100 Atenção Psicossocial – RAPS de uma forma geral, informou que o Decreto nº 7508 veio normatizar a Lei
1101 nº 8080 do SUS e com aquilo trazia as redes de atenção em geral que eram cinco, e dentro daquelas redes
1102 tinha a Rede de Atenção Psicossocial que atualmente tinha sete equipamentos trabalhando em uma lógica
1103 comunitária. Então, alguns temas que transversalizava aquela rede que eram fundamentais: a questão da
1104 desinstitucionalização, da infância, mas o processo de rede atribuía responsabilidades, tanto ao
1105 Ministério, à gestão estadual e à gestão municipal. A gestão estadual ficava pela execução, e no caso da
1106 implantação daquele serviço diretamente no território, e qual era o papel atualmente do estado no
1107 processo de rede. Já haviam sido feitas, a Bahia possuía oito regiões de saúde juntamente com o grupo
1108 condutor estadual que era o grupo deliberativo em atenção às redes de modo geral que tinha a
1109 participação do Conselho Estadual de Secretários Municipais de Saúde - COSEMS, na pessoa da Senhora
1110 Estela e de outros representantes do Conselho, diretores e mais superintendentes da SESAB. Então, eram
1111 discutidas todas as ações que permeavam o que direcionava o Decreto nº 7508, todas as suas Redes de
1112 Atenção que foram instituídas e também os seus instrutivos normativos. Daí apresentaram nas vinte e oito
1113 regiões de saúde a Rede de Atenção Psicossocial e já tinham sido instituídas na CIR os vinte e oito GT's.

1114 Dos vinte e oito tinha treze planos aprovados e encaminhados ao Ministério da Saúde, e se eram planos
1115 aprovados regionais significava que tinham uma amplitude de ações, de compromissos dos gestores de
1116 forma regional, tanto em relação à implantação de CAPS no seu município como também alguns CAPS
1117 regionais. Por isso a perspectiva de ampliação dos CAPS de infância e adolescência para quarenta e dois,
1118 da quantidade que tinham atualmente de dez, e a partir dali a perspectiva que tinham dos treze planos
1119 regionais, porque toda a negociação que acontecia era a partir do regional com a aprovação dos
1120 representantes gestores municipais. Então, o papel da área técnica era articular, apoiar institucionalmente
1121 e fomentar política, para dar todo o acompanhamento técnico para que aqueles planos acontecessem, e de
1122 fato pudessem estar pactuando, vendo o cidadão de forma integral e toda a assistência necessária que ele
1123 pudesse receber. Quanto ao Ministério da Saúde, a medida que aconteciam os planos de forma
1124 ascendente, já que estavam indo para as regiões discutir, e cada município, elaborando os seus planos a
1125 região iria informando sobre as suas necessidades e discutindo com a área técnica que apontava as
1126 necessidades dentro de um perfil epidemiológico local. E a partir que aqueles planos fossem aprovados no
1127 Ministério da Saúde seriam analisados e aprovados e davam a devolutiva com a habilitação dos serviços,
1128 onde acontecia a descentralização. O que estava aguardando atualmente eram os treze planos que estavam
1129 no MS e o mesmo precisava dar a devolutiva em relação aos planos para que acontecesse o processo de
1130 implantação dos equipamentos. “Em linhas gerais o que posso dizer é que em relação à priori sobre esses
1131 planos é exatamente isso, que esses recursos venham após a habilitação dos serviços”. A Senhora Itatyane
1132 Nascimento salientou que várias daquelas questões que trouxeram refletiam constantemente, e uma das
1133 grandes questões na sua visão daquele desafio era a execução, porque os serviços estavam sendo
1134 pactuados e cabia a todos estarem atentos já que ela tinha presenciado ali “CAPS aprovado em tal lugar,
1135 vocês recebem isso aprovado” e precisavam pensar no acompanhamento e na execução de como estaria
1136 sendo realizado. Outra questão que acreditava ser um desafio maior e que tinha a ver com qualificação
1137 também era o desafio da intersetorialidade. Não dava para atribuir só à saúde a questão da
1138 responsabilidade, mas envolvia uma série de questões que envolvia o desenvolvimento psíquico, a
1139 invisibilidade das crianças e adolescentes e também dos adultos. Precisavam considerar algumas outras
1140 instâncias, não só a saúde como a assistência social, a questão da Rede de Proteção, então, naquele dia
1141 Isabel havia mostrado um pouco do que tinham feito enquanto área técnica de saúde mental. No entanto,
1142 vinham realizando algumas reuniões intersetoriais com os CAPS Infantis, incluindo também o Ministério
1143 Público e outras instâncias para estar discutindo de forma mais ampliada as temáticas, no que se dizia
1144 respeito à infância e a adolescência. Disse que inclusive tiveram no mês de maio uma discussão sobre a
1145 questão da violência e da Saúde Mental, iriam realizar uma discussão no próximo dia 18 de julho, onde
1146 todos os presentes estavam convidados, e sempre convidando também o Ministério Público e os CAPS
1147 infantis para poderem estar discutindo mais sistematicamente, porque era preciso pensar na qualidade da
1148 assistência, e convocando os pares, a exemplo do que o conselheiro Josuéilton havia falado
1149 anteriormente: “qual o lugar de cuidar do menino que faz uso de substância psicoativa é no CAPS ou no
1150 CAPS AD? E de forma mais qualificada acho que assim é pensar qual é a forma que esse jovem tem e
1151 onde é o melhor lugar. Se temos o município que contempla um CAPS infantil ou um AD vamos pensar
1152 que Rede é essa que vai dialogar o CAPS IA e o CAPS AD para executar o melhor projeto terapêutico
1153 para aquele jovem, ou seja, vai ser no CAPS IA ou no CAPS AD? Vai ser onde melhor responde a
1154 demanda dele.” Porém, se tinham um município que tivesse o CAPS AD mas não tinha o CAPS IA seria
1155 o CAPS AD que teria que dar o suporte. A questão seria: qual a qualidade também para aquele suporte,
1156 porque haviam muitas coisas da infância e da adolescência, porque as pessoas que faziam os cuidados a
1157 outras drogas não tinham. Então existia um desafio muito grande ali que seria o desafio de pensar aquela
1158 Rede, daí vinham dialogando. Quando pensavam na saúde pensavam na Rede de Proteção, na Educação e
1159 na Assistência Social, precisavam estar dialogando mesmo e o desafio deles era executar RAPS. Porém, o
1160 desafio maior era movimentar a intersetorialidade e não deixar de discutir, porque precisavam atender
1161 àquelas demandas daquelas pessoas. Precisavam considerar todos aqueles aspectos, era muito bom
1162 estarem ali porque se levava aspectos do sofrimento psíquico muito além do que eles muitas vezes
1163 discutiam. Então convocavam todos nas discussões intersetoriais para poderem estar realmente buscando
1164 formas de atender as demandas daqueles jovens e adolescentes, e só conseguiam atender as demandas a
1165 partir do momento que conheciam. Tinham o desafio de 417 municípios para uma equipe de nove
1166 técnicos e sabiam qual o papel sim, muito claro do estado, mas, com o desafio da implantação da RAPS e

1167 a criação do GT tinha sido muito bom, porque conheciam as realidades locais. Inclusive pela manhã
1168 esteve em reunião com o município de Alagoinhas que não tinha pactuado nenhum CAPS infantil, então
1169 sugeriu que se pensasse mais no assunto e se discutisse com mais qualidade para que pudessem pensar
1170 naquela realidade local e qual a melhor forma de atender a demanda daqueles jovens e adolescentes.
1171 Sabia que houberam várias questões, mas acreditava que levavam questões e era daquela forma mesmo, o
1172 diálogo era daquela forma. Informou que o conselheiro Josuéilton já havia respondido a questão do
1173 critério populacional, disse que era a falta de investimento e que não se trazia a infância na pauta de
1174 nenhuma discussão, tanto que foi depoimento que estava acontecendo ali pela primeira vez, e aquelas
1175 questões fizeram ecoar nela outra pergunta que seria a quem interessava aquela dessassistência à infância.
1176 Para que servia não assistir a infância, não iria pensar naquele momento em que viviam e não iria pensar
1177 somente na Saúde Mental, pois havia sido levado um depoimento muito forte com relação ao HIV. Disse
1178 que a questão que o conselheiro Josueliton havia levado com relação aos CAPS, embora a mesma não
1179 tivesse autoridade nenhuma para fazer aquilo já que o CAPS era da gestão municipal, mas fazia o convite
1180 a todos de conhecer um CAPS, pois talvez conhecendo os CAPS de Salvador veriam as dessassistência
1181 que estavam falando ali que seriam os CAPS do Rio Vermelho e o da Liberdade. O Senhor Presidente
1182 informou que havia saído a habilitação, os recursos do CAPS AD III e que tinha ido à inauguração há
1183 mais ou menos dois anos e também havia saído do CAPS AD III de Paramirim que seriam os dois AD III
1184 existentes. Disse que CAPS de Paramirim era belíssimo, com um espaço muito legal, esteve na
1185 inauguração, inclusive lá tinha um CAPS que pelo que foi sondado juntamente com a população que
1186 havia participado do processo de inauguração, a população colocava como belíssimo, com equipamentos
1187 de que atendia realmente. Tinham experiências que não eram tão exitosas como estavam sendo colocadas,
1188 no entanto, tinham algumas experiências exitosas no estado que acreditava que deveriam também ser
1189 reforçadas, pontuais, já que estava ali representando o Conselho de Secretários Municipais e sabia que
1190 tinham hospitais e hospitais, CAPS e CAPS. Seria bom estarem sempre falando daquela forma e
1191 concordou que os conselheiros tinham que conhecer realmente qual era a realidade, a parte que era difícil
1192 mesmo de tocar. Ressaltou que não era respondendo, mas acreditava que tinham aqueles que tiravam
1193 proveito de tudo que a máquina não dava conta, que fosse para tirar proveito lucrativo, econômico, que o
1194 público não tivesse que funcionar, porque iriam dar conta com o particular. No entanto, existia também
1195 outro componente que levavam ali que era a dificuldade que tinham de profissionais, principalmente na
1196 área médica, era uma dificuldade tremenda que se via através dos concursos públicos a formação de
1197 médicos psiquiátricos e quando iam para o interior para montar a estrutura de CAPS realmente teriam que
1198 repensar a política, o que já era outro patamar, onde teriam que adequar a política a uma realidade local e
1199 acelerar também o processo de informação. A Senhora Itatyane Nascimento comentou sobre a questão das
1200 famílias e das pessoas que andavam pelas ruas, que foi uma discussão que não foi feita ali diretamente,
1201 mas que de alguma forma o vídeo havia levado embutida a questão da desigualdade social. Quem
1202 perambulava pelas ruas tinha uma família, que com certeza não tinha nenhuma condição de mantê-la, e se
1203 pensassem no município de Salvador onde ela tinha maior contato, eram poucos os hospitais psiquiátricos
1204 que recebiam o “Programa de Volta Para Casa”, que tinha algum tipo de renda. Então, a falta de renda não
1205 levava somente pessoas com transtornos mentais para as ruas. Esclareceu que tinham dentro dos
1206 componentes o componente desinstitucionalização que era o componente que iria responder de forma
1207 bem clara as pessoas egressas dos hospitais psiquiátricos, ou seja, as pessoas moradoras. A Bahia tinha
1208 um quantitativo, a exemplo do Hospital Lopes Rodrigues que tinha em torno de cento e cinquenta pessoas
1209 institucionalizadas e tinham na diretoria aquele desafio grande que era executar a aquele componente, o
1210 da desinstitucionalização que era a pactuação das residências terapêuticas, serviços residências
1211 terapêuticos. Destacou que em Salvador já existiam, foram seis e já tinham sido habilitados. Atualmente
1212 já existiam há um tempo, eram serviços que precisariam prezar por maior qualidade. Aquele era um fato e
1213 tinham um desafio de implantar novos serviços residenciais terapêuticos para que aquelas pessoas
1214 tivessem o direito de viver em sociedade novamente, porque tinham pessoas que viviam dentro do
1215 Hospital Lopes Rodrigues e estavam com o desafio. Atualmente tinham uma equipe lá e tinham também o
1216 trabalho da área que era estar trabalhando em prol da implantação dos serviços residenciais terapêuticos.
1217 Outra questão seria falar dos seus papéis que faziam as vistorias dos CAPS para habilitá-los. Então, era
1218 um trabalho que faziam, e todos os componentes ali, unidade de acolhimento, CAPS infantil, serviço
1219 residencial terapêutico, todos eles passavam pela sua vistoria, porém, não garantia por si só aquele

1220 equipamento. Precisavam ter o acompanhamento e também a participação do Controle Social de estar
1221 perto e acompanhando como se daria a execução daquilo e como o serviço estava sendo realizado, o que
1222 era trabalhar na lógica do retorno das pessoas, do protagonismo daqueles usuários para que vivessem com
1223 dignidade. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira declarou a sua insatisfação de ver como
1224 aquele tema havia suscitado por parte de todos os conselheiros um profundo interesse, muitas perguntas e
1225 muitos questionamentos. E como tinham outras pautas e outras questões para discutir não iriam poder
1226 fazer naquele momento e inclusive a pergunta que foi feita, a quem interessasse, que o Secretário de
1227 Saúde estadual iniciou uma resposta e queriam enfatizar que interessava às pessoas que ganhavam
1228 dinheiro com a saúde mental. Eram as pessoas interessadas inclusive de que os manicômios e as clínicas
1229 privadas, as comunidades terapêuticas com pessoas que não tinham a menor condição para estarem à
1230 frente delas, ganhavam muito dinheiro. Não tinham interesse de que houvessem serviços públicos de
1231 qualidade, o que fazia parte, inclusive do movimento. Então, para responder a tudo aquilo propôs um
1232 seminário sobre o tema onde pudessem discutir e com maior tempo para que os conselheiros se
1233 aprofundassem mais. A conselheira Lílían Fátima Barbosa Marinho sugeriu que os planos que já haviam
1234 sido encaminhados para o Ministério da Saúde, o CES pudesse falar do seu interesse, que apoiava e pedia
1235 agilidade. A conselheira Célia Maria Alexandria de Oliveira declarou acreditar que aquele havia sido um
1236 dia extremamente importante para todos, que iriam ainda continuar enquanto parceiros, não tivessem a
1237 menor dúvida e pediu às companheiras, até por uma questão de como vinham de movimentos também,
1238 que hasteasse a bandeira levada para que ficasse como símbolo da luta. O Senhor Presidente informou
1239 que no o que ocorrer havia ficado definido como o primeiro ponto de pauta a questão do processo.
1240 Agradeceu a toda a equipe e a conselheira Célia pelo momento, afirmando ser muito importante, mas que
1241 seria fundamental que o CES fizesse também, e que acionasse o Conselho Municipal de Saúde para
1242 levarem aquela pauta, principalmente na cidade de Salvador. Porquanto, o Estado estaria sempre à
1243 disposição dentro daquilo que era a sua competência para poderem auxiliar, já que tinham também uma
1244 equipe técnica como muito bem puderam perceber ali, capacitada, e que tinha competência para
1245 desenvolver bem. E todos os conselheiros estaduais juntos com os conselheiros municipais tinham que
1246 realmente percorrer as unidades, mas acima de tudo dar as suas contribuições no processo também. Com
1247 relação ao processo eleitoral, como o conselheiro Fernando havia colocado e como membro da Comissão
1248 Eleitoral, informou que havia sido encaminhado um relatório, onde inclusive ele havia lido. No relatório
1249 havia colocado a condição do conselheiro Ricardo como suplente, fazendo com que o mesmo conversasse
1250 com a sua entidade e a mesma encaminhasse uma nova composição. Já tinha sido feito, já tinha tomado
1251 posse e já havia sido resolvido. Tinha também a questão de marcar a data do processo, e conversando com
1252 o conselheiro Fernando a sugestão seria para o dia 30 de junho de 2014 no período da tarde, onde seria
1253 uma reunião extraordinária somente para o processo eleitoral, para a questão do pleito. E a segunda
1254 proposta onde a Comissão Eleitoral poderia falar que seria um processo eleitoral com cédula, seguindo
1255 Regimento, e mesmo sendo chapa única todos poderiam ou não. O conselheiro Fernando Antônio Duarte
1256 Dantas salientou que foram três pontos levantados: a questão da data que teria que ser uma reunião
1257 extraordinária específica para a eleição, a questão da forma de votação que teria de ser através de cédulas,
1258 e por fim, a questão de um dos membros da chapa que já tinha sido resolvida naquele dia. Então, foi
1259 basicamente aquilo, e se os demais membros da comissão quisessem se posicionar já havia sido
1260 unanimemente acertado. O Senhor Presidente informou que havia ficado definida para o dia 30 de junho a
1261 reunião extraordinária à tarde, 14 horas no Auditório Doutor João Torres (SESAB). O conselheiro Ricardo
1262 Luiz Dias Mendonça comunicou que no Relatório de Gestão vinha sempre a prorrogação dos prazos dos
1263 contratos e dos convênios e sugeriu que quando se colocasse aquela questão em pauta que fosse levado
1264 sempre alguém do Ministério, do Fundo Estadual, para que dessem orientações, o que seria muito bom. O
1265 conselheiro Moysés Longuinho Toniolo de Souza salientou que na sua qualidade de secretário lembraria
1266 que a pauta sobre o papel do CES com a CIB estava previsto para o mês de abril, que aconteceu na
1267 reunião passada e para quem tivesse a memória curta verificasse na ata. Observou que só tiveram a
1268 participação de Senhor Tássio de Almeida, no entanto, devido a um problema de saúde de um familiar
1269 teve que ir embora. A Senhora Estela dos Santos Souza que iria representar o COSEMS não pode se fazer
1270 presente, e o Doutor Rogério Queiroz do Ministério Público também não pode se fazer presente, portanto,
1271 a pauta da CIB ainda não tinha sido discutida ainda. Como iria se dar aquela relação, e muito mais do que
1272 a relação, porque cada instância tinha a sua autonomia, e como se daria a relação de avaliação e

1273 monitoramento do que estava sendo pactuado, que era o que não tinham e aquele era o papel do CES, e
1274 quem não sabia ainda teria que se apropriar. Aquele era o papel dos conselheiros: avaliação e
1275 monitoramento daquilo que foi pactuado, porque se teria que interagir com as Secretarias Municipais de
1276 Saúde e os Conselhos Municipais de Saúde que seria aonde a pactuação se realizava, que era estado e
1277 município. O Senhor Presidente agradeceu ao conselheiro Moysés, informou que já era consenso e seriam
1278 levadas aquelas pautas na próxima reunião. Solicitou à Secretaria Executiva que registrasse e fossem
1279 colocadas. A conselheira Estela Santos Souza comunicou que havia uma preocupação muito grande já que
1280 tinham recebido uma convocatória do Ministério Público para uma Audiência Pública naquele dia sobre a
1281 distribuição de medicamentos no estado da Bahia. Não era pelo estado nem por estado, mas no Estado da
1282 Bahia, tanto os medicamentos de Atenção Básica quanto os de alto custo, o que foi um debate muito bom,
1283 porém, havia ficado muito preocupada e até se apresentou enquanto membro do CES, mas não havia uma
1284 representação oficial lá do Conselho. Inclusive o Doutor Rogério havia lhe perguntado se a mesma estava
1285 lá como representante do CES para que ocupasse a Mesa e ela respondeu que estava ali porque havia
1286 recebido o convite enquanto representante do COSEMS, e apenas se identificou como conselheira. Então
1287 seria importante saber se o CES recebeu aquele convite ou não, pois era importante, e naquele momento
1288 até tentou avisar e “iria bater para justificar” inclusive ao conselheiro Marcos enquanto Conselho
1289 Municipal de Saúde. Declarou que o debate havia sido muito bom, havia ficado uma agenda propositiva,
1290 acreditava que o CES tinha que acompanhar aquela discussão. Foi dado um prazo de 60 dias para que
1291 fosse feito um diagnóstico da situação de distribuição de medicamentos tanto por parte do Estado, como a
1292 questão do Ministério e municípios, foi levada a questão dos medicamentos da Atenção Básica que os
1293 municípios de grande porte não estavam comprando os medicamentos e depois ficavam com saldo na
1294 conta e pegavam aquele dinheiro para pagarem prestadores de serviços. Tudo aquilo havia sido discutido
1295 e debatido. Foi dado o prazo de 60 dias para apresentar aquele diagnóstico e acreditava que o CES deveria
1296 também se apropriar daquele processo. Principalmente estavam presentes representantes de várias áreas e
1297 especialidades como transplantes e várias doenças que necessitavam de medicamentos de alto custo e que
1298 os pacientes tinham dificuldade de acesso, problemas de licitação, pois todos sabiam que tiveram várias
1299 licitações, “o estado tem feito o próprio cartel, cartel mesmo de fornecedores de medicamentos, entram
1300 com processos e embargam e isso tem prejudicado a população baiana. Então o Ministério Público se
1301 propôs também a ajudar naquele processo, inclusive há 60 dias estaria chamando o Ministério junto
1302 conosco”. Salientou que havia sido um momento muito rico e que seria importantíssimo os conselheiros
1303 estarem presentes naquela discussão, porque atualmente a falta de medicamentos em todos os espaços era
1304 a fala diária e estavam sendo bombardeados por causa disso. O Senhor Presidente informou que a
1305 Secretaria Executiva estava checando para ver se realmente tinha sido encaminhado. A conselheira
1306 Isadora Oliveira Maia informou que sempre checava os seus e-mails e acreditava não ter recebido e os
1307 outros conselheiros iriam realmente observar. Já que era da ordem do dia, uma pessoa do Canadá entrou
1308 em contato com ela requerendo, “foi sorteio e não sei como é que conseguiu chegar à minha pessoa
1309 enquanto conselheira, e ele mandou também o termo de consentimento nos questionamentos, numa
1310 pesquisa que ele é mestrando numa universidade do Canadá, até passei o dos outros conselheiros que ele
1311 se interessasse para mandar, só que ele disse que teria que fechar a pesquisa sobre medicamentos”. Como
1312 era que o Controle Social no Brasil tinha analisado, debatido as pautas sobre medicamentos em nível
1313 municipal, estadual e federal. Ela salientou que falou apenas do estadual que era preocupação da paridade
1314 mesmo, de armas entre como a distribuição dos medicamentos eram feitas em todas as zonas e aquilo
1315 estava sendo objeto de estudo em nível de mestrado na Universidade do Canadá e depois iria
1316 disponibilizar mais um enfoque que seria o Controle Social no Brasil se existisse efetividade realmente
1317 das políticas públicas discutidas dentro do CES. A conselheira Eliane Araújo Simões informou que
1318 naquela semana havia tomado conhecimento que uma paciente do interior do estado vinha evoluindo no
1319 seu processo colite ulcerativa por conta da ausência daquele medicamento nas farmácias normais. No
1320 momento havia esquecido o nome dela e procuraram a médica que fazia o tratamento daquela paciente no
1321 Hospital Roberto Santos. A médica desconhecia que aquele medicamento poderia se adquirir através de
1322 um processo administrativo e a paciente que já tinha conseguido em 2013 aquele medicamento nas
1323 farmácias teve uma evolução extremamente positiva. No entanto, em 2014 voltou ao processo anterior,
1324 porque o medicamento custava R\$ 100,00 (cem reais) e as farmácias só iriam adquirir o medicamento se
1325 houvesse uma demanda. Então, como aquele paciente dentro da rede do estado, a médica desconhecia

1326 sobre a existência daquele recurso, porém, a questão da distribuição de medicamentos não era somente a
1327 distribuição, mais a padronização também de medicamentos era uma questão muito importante e que a
1328 SESAB enquanto responsável pela saúde, já que a Assistência Farmacêutica era uma política de saúde e
1329 tinha que estar pensando naquilo. Salientou que já havia pautado ali várias vezes a questão da discussão,
1330 já tinha pedido pauta sobre a questão da Assistência Farmacêutica e a mesma não foi pautada ali porque
1331 haviam várias prioridades e tinham que pensar naquilo, porque medicamentos infelizmente também era
1332 saúde. O Senhor Presidente lembrou que a Assistência Farmacêutica já esteve ali no Conselho por
1333 diversas vezes, mas entendia que tinham algumas pautas que estariam sempre vindo, já que tinha uma
1334 evolução tremenda. A conselheira Eliane Araújo Simões destacou que era aquela história da reunião que
1335 ainda queria, e inclusive havia feito uma proposta para que criassem um grupo de trabalho exatamente
1336 para discutirem a Assistência Farmacêutica, e até então ainda não tinham aprovado o grupo de trabalho, o
1337 que era outra proposta. O Senhor Presidente solicitou à Secretaria Executiva que levasse na próxima
1338 reunião. A conselheira Estela Santos Souza destacou que com o informe que tinham passado naquele
1339 momento, tinha entrado a questão dos medicamentos não liberados pela Agência Nacional de Vigilância
1340 Sanitária (ANVISA) que profissionais médicos também estavam passando, o que tinha dado demanda
1341 judicial, o próprio Ministério Público reconhecia e que eles atualmente estavam com uma equipe técnica
1342 de farmacêuticos dentro do Ministério Público. Montaram uma comissão para avaliarem também aquelas
1343 solicitações de medicamentos, então tinham vários fatores que influenciavam. Sugeriu que alguns
1344 membros do CES acompanhassem, porque há 60 dias estaria vindo aquele movimento, então já iriam
1345 fazer um levantamento e discutir algo concreto, do fato, do documento nos estudos. O Senhor Presidente
1346 esclareceu que os três conselheiros tinham a responsabilidade maior de acompanhar, mas todos, quando
1347 tivesse Audiência Pública estavam convidados a participar. Informou ainda com relação à situação crítica
1348 em termos de orçamentários e de medicamentos: “a nossa contraparte no elenco municipal está mais ou
1349 menos a uns R\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais), a contraparte só de ação judicial e no ano
1350 passado adquirimos R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) em medicamentos, então o que
1351 tínhamos planejado para adquirir medicamentos de uma parte do elenco que é Atenção Básica, só de ação
1352 judicial já chegou até 90% desse valor. Tinham casos do investimento que se fazia na saúde de um
1353 paciente que custa R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), e está se cumprindo essas ações, então a
1354 questão das ações realmente tem que afinar mais ainda com o judiciário”. A conselheira Lílian Fátima
1355 Barbosa Marinho comunicou que havia sido designada para representar o CES no GT do Programa Mais
1356 Médicos e soube que estava havendo reuniões e não recebia nenhuma comunicação. Entrou em contato
1357 com a Senhora Elisabete que informou que iria verificar. O Senhor Presidente respondeu que a
1358 conselheira tinha dado sorte porque o Coordenador Estadual Washington Abreu se encontrava ali
1359 naquele momento. A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho salientou que a Secretaria Executiva que
1360 teria de encaminhar. O Senhor Presidente informou que o Coordenador Estadual estava ali e tinha
1361 informado que não havia recebido, então a Secretaria Executiva deveria encaminhar e formalmente já
1362 poderia passar o calendário para que a conselheira Lílian e o outro conselheiro também já pudessem
1363 participar. A conselheira Lílian Fátima Barbosa Marinho comunicou que na Macrorregional Leste de
1364 Salvador, uma pessoa que estava participando do grupo do Controle Social quando soube que ela era do
1365 CES lhe fez uma queixa e ela inadvertidamente, pela confusão que foi o grupo não tomou as anotações,
1366 mas ele era da Macrorregional Leste e informou que o Conselho Municipal de Saúde do seu município
1367 havia sido totalmente destituído pelo prefeito local, então orientou que mandasse por e-mail e o mesmo
1368 informou que já tinha vindo no Conselho, onde teve uma reunião com a Secretária Executiva, inclusive
1369 citou o nome da Senhora Elisabete, e disse que não sabia como aquilo se perdeu, porque o CES não tinha
1370 ido lá. Então ela respondeu que o mesmo se acalmasse, porque ela tinha pouco tempo no CES, mas sabia
1371 que as demandas que vinham para o CES o mesmo atendia, tentava intermediar e não tinha nenhum poder
1372 de estar determinando ao município que fizesse “a ou b”. Portanto, ele ficou de lhe encaminhar, ela
1373 também deu todos os seus contatos, mas gostaria de deixar registrado, porque o cidadão estava muito
1374 aborrecido com o CES e quando ele mandasse as informações ela reenviaria para a Secretaria Executiva
1375 do CES. O Senhor Presidente informou os nomes dos membros do Grupo de Trabalho do Programa Mais
1376 Médicos: José Silvino, Marcos Antônio, Lílian Fátima Barbosa, Camila Pimentel, Sílvio Roberto e Edson
1377 Oliveira, destacando também que iria checar se a Secretaria Executiva havia encaminhado tudo para a
1378 Coordenação Estadual, e a partir daquele momento a Coordenação Estadual iria passar todo o

1379 cronograma. Com relação ao município, disse que a Secretaria Executiva também iria checar, porém
1380 solicitou que quando a conselheira Lílian tivesse a informação que passasse. O conselheiro Moysés
1381 Longuinho Toniolo de Souza apresentou alguns slides e comunicou que havia levado a todos o
1382 documento que se tratava da lei que definia como crime a discriminação aos portadores do vírus da
1383 imunodeficiência humana e doentes de AIDS, o que seria enviado para todos os conselheiros, e deixou
1384 também um modelo de Regimento Interno, já que criaram o GT interinstitucional de Avaliação das
1385 Políticas Públicas de AIDS dentro do Conselho, ou seja, para quando tivesse falta de Aids tivessem o
1386 próprio GT avaliando qualquer pauta de AIDS. Disse que havia levado o Regimento Interno de uma
1387 Comissão de Porto Alegre para que servisse de base para poderem criar, e como seria a organização
1388 dentro do GT quando ele realmente criasse corpo. Salientou que era somente um modelo para o CES, e
1389 também estava deixando as suas avaliações sobre o processo representativo no CES/BA. Já havia
1390 entregue ao Presidente do CES o ofício com o seu pedido de substituição, onde no mês de julho de 2014
1391 já teria a companheira Ângela Marques Reis como sua substituta. Agradeceu por ter sido a primeira
1392 pessoa vivendo com HIV/AIDS que o CES teve como membro efetivamente, onde pode trazer a pauta em
1393 defesa, não só da AIDS, mas das pessoas vivendo, porém, a única coisa que não tinha gostado foi ter
1394 chegado a fazer documento com treze páginas avaliando a Política Estadual de DST quando a mesma ali
1395 apresentada, e nunca recebeu uma linha de devolução, o que ficaria para no futuro se aprimorar. Todo
1396 momento era importante, e para ele foi uma honra ter estado no CES. Desculpou-se a quem o viu falar
1397 coisas duras, resmungar, fazer queixa, mas tinha muito que agradecer aos seus pares que confiaram na
1398 representação que tinha exercido durante seis anos consecutivos, ao Movimento Social e AIDS e
1399 Patologias que serviu como ponte no CES, o Fórum de ONG'S/AIDS de Patologias e até o Fórum LGBT
1400 que acabou levando discussões que os ajudaram, “agradeço secretário, não só ao antigo secretário Jorge
1401 Solla, mas também ao senhor que foi uma pedra fundamental para equalizar tensões que houveram. Muito
1402 obrigado, porque em certos momentos, se não fosse a sua figura já estaria como dizem, capado o gato há
1403 muito tempo daqui do Conselho. Muitas demonstrações aconteceram. Alguns superintendentes, Doutora
1404 Alcina, te amo, por mais que nunca lhe tenha dito isso à senhora especificamente, muita gente que
1405 participou da Superintendência da Vigilância Sanitária (SUVISA) tenho uma admiração muito grande por
1406 todos da SUVISA, Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVEP), continuo admirando e respeitando
1407 quem está na Coordenação Estadual, não muda isso, seguiremos com o nosso diálogo, a todos os meu
1408 colegas de Conselho meu muito obrigado, aos membros que chegaram há pouco tempo mais que me
1409 ensinaram muita coisa, porque esse foi o espaço de maior aprendizado para mim na minha vida durante o
1410 tempo como ativista de AIDS e que aprendi muito sobre o SUS aqui através do Conselho e que pude levar
1411 para o Movimento de Luta Contra a AIDS Nacional, e do quanto o Conselho vai ficar na minha vida
1412 como um dos melhores momentos que já passei.” O Senhor Presidente agradeceu ao conselheiro Moysés,
1413 colocando que no início quando começaram a conhecê-lo, começaram a entender que a sua luta também
1414 era a luta de todos, onde ele havia ensinado também ao Conselho saber absorver as lutas que não eram
1415 individuais, como o mesmo havia colocado, onde fazia parte de um coletivo que sairia ele, entraria outra
1416 pessoa, o respeito continuaria ao coletivo e ali ele representava o diálogo. Ele estava saindo do espaço do
1417 Conselho, mas continuava na luta em outra frente, por isso tivesse certeza absoluta que não só por ele
1418 mais pelas instituições que representava, o mesmo respeito, entendimento, porque o Conselho também era
1419 o espaço do contraditório, de travar as batalhas, conversar muitas vezes duramente com os sindicatos,
1420 com os que não concordavam, fóruns de patologias, e a missão como conselheiros também era fazer o
1421 bom diálogo, a boa batalha que iria viabilizar o Conselho, dar saltos de qualidade. Salientou que aquela
1422 eleição do Conselho para quem ainda não tinha compreendido o processo eleitoral, onde eles da gestão,
1423 principalmente que tinham sido convidados a permanecer como presidente, acreditava que aquela
1424 sinalização que estavam dando como abrir os espaços, e pela primeira vez teriam como o processo
1425 eleitoral um usuário sendo o número um do Conselho. Era muito importante também para todos da
1426 gestão, havia dito isso aos seus pares quando colocou que já estava no momento de sinalizar ao Conselho,
1427 porque o mesmo amadureceu como o conselheiro Moysés amadureceu o seu conhecimento em relação ao
1428 SUS, então todos do Conselho também, foram sete anos e meio se preparando para aquele momento, onde
1429 reformularam e fortaleceram o Conselho, construíram um processo de eleições, de escolha de cadeiras de
1430 forma democrática e tudo aquilo o conselheiro Moysés ajudou a contribuir. Solicitou que o conselheiro
1431 Moysés não mudasse, continuasse daquela forma, porque tinha momento em que tinha que se gritar

1432 mesmo, apesar dele não ser da pessoa que grita muito, mas existiam momentos em que se precisava fazer,
1433 colocar para fora, extravasar, cada um do seu jeito. A vida tinha que ser leve, inclusive nos momentos
1434 mais difíceis, mas tinha que encontrar aquele jeito de ser leve e de ser feliz. Parabenzou pela sua
1435 condução e pela Prestação de Contas, onde estava dando um exemplo aos conselheiros, dizendo que os
1436 que se prezavam prestavam contas não só à sua instituição, mas estava prestando contas ali também aos
1437 colegas de trabalho, àquela equipe maravilhosa que estava sempre contribuindo e acreditava que o que era
1438 público não pertencia àquele assento, onde o próprio presidente estava ali naquele momento, o
1439 conselheiro também, e sim à população. Era por isso que estavam ali dando aquela aula de cidadania, de
1440 serem pessoas que pensavam realmente no coletivo. “Parabéns em nome do CES, que seja sempre bem
1441 vindo, desejo vê-lo sempre participando, usando a voz que inclusive o CES é aberto e não utiliza muito
1442 daquela história rígida do Regimento, mas deixava falar, porque o importante era que as coisas fluam.
1443 Seja feliz e continue participando sempre com todos e que decidam juntos se a sua substituta participa,
1444 mas o conselheiro é até o dia 30 de junho, depende de um ato de publicação da gestão e irei fazer,
1445 dependendo das circunstâncias continuará ainda até o dia 30.” A Conselheira Célia Maria Alexandria de
1446 Oliveira salientou para a conselheira Lílian que a mulher sempre naquela Mesa tinha que estar pedindo a
1447 voz, porque aquilo fazia parte, inclusive havia lido uma questão muito interessante a respeito das
1448 mulheres que foram as suffragettes, que foram mulheres extremamente violentas nas suas formas de se
1449 fazerem ouvidas. Então, muitas vezes esteve precisando naquela Mesa, tendo que pedir aos colegas
1450 homens que passassem o microfone para a mulher, sempre era colocado aquilo depois de muita
1451 insistência e não poderia deixar de falar, até porque, naquele momento ela também estava deixando a
1452 Mesa da Coordenação Executiva do CES enquanto representante das mulheres naquela Mesa e
1453 evidentemente que ela também deveria estar falando com todos. Comunicou que não estaria presente na
1454 próxima reunião, porque no domingo estaria viajando e só retornaria no dia 14 de setembro, onde passaria
1455 três meses fora para cuidar da saúde para que voltasse bem mais embalada, até porque se sentia bem mais
1456 à vontade, e por uma questão de democracia fazer a reforma da Mesa, porque era daquela forma e não
1457 poderiam permanentemente estar em uma forma de empoderamento. No entanto, sentia muito mais
1458 liberdade em estar fora da Mesa pelo fato de ser uma ativista, e sentia muito orgulho em dizer que
1459 representava ali um movimento que era o sindical. E enquanto representante do movimento sempre foi
1460 uma ativista de rua e intinerância, nunca foi de gabinetes e nem de mesas, embora tivesse ocupado cargos
1461 de dirigentes da Central Única dos Trabalhadores, cargos de executiva, mas teve a grande satisfação de
1462 viver todo o tempo, que foi inclusive o companheiro Ricardo também que estava no Sindicato dos
1463 Servidores da Previdência Social (SINDPREV) de ser aquela militante, de não ficar em lugares fechados
1464 e sempre ir às manifestações de rua. E era daquela forma que se sentia realmente contemplada, e por isso
1465 se colocou ali para estar junto também com as pessoas de rua para fazerem aquele trabalho. Lembrou que,
1466 no entanto, ali tinham grupos identitários que era da AIDS, Saúde Mental e Pessoas com Deficiência, e
1467 precisavam unir forças para que se tornassem mais visíveis nas suas reivindicações. Agradeceu também
1468 àquele momento que havia feito parte daquela Mesa, sendo democraticamente eleita, e que tinha sido a
1469 primeira vez que tinha entrado em uma Mesa do Conselho, o que foi muito importante enquanto mesa.
1470 Porém, se sentia um pouco encarcerada, porque a sua concepção de política era fora da questão
1471 hierárquica de empoderamento, porque acreditava que a maior liberdade estava na força, na ação e na
1472 capacidade de fazer a transformação social, o que só se fazia com mobilização e movimento. Estava
1473 saindo da mesa e continuava ainda conselheira e voltando, mas, estava saindo por uma questão de saúde
1474 para cuidar um pouco da sua coluna na Alemanha. O Senhor Presidente agradeceu à conselheira Célia,
1475 informou que a esperaria retornar com a coluna nova, mas que havia sido a primeira vez que o Conselho
1476 teve uma mesa e uma paridade também nas decisões das escolhas de montagens das pautas, de dar
1477 condução, o que era muito importante e sem dúvida nenhuma a conselheira foi muito importante ali na
1478 condução, respeitando os espaços, cutucando também os homens, estavam evoluindo, crescendo e
1479 parabénizou pela sua liberdade. Agradeceu a todos, informou sobre as próximas reuniões e que a reunião
1480 extraordinária seria no dia 30 de junho no Auditório Doutor João Torres (SESAB) às 14:00 horas e a
1481 Reunião Ordinária seria no dia 10 de julho, quinta feira, provavelmente o dia todo. Registrou a presença
1482 da Senhora Poliana Bichara destacando que ela ali estava muito bem substituindo a Senhora Elisabete que
1483 estava fora do país passando-lhe então a palavra para que fizesse os seus informes. A Senhora Poliana
1484 Bichara – Secretaria Executiva do CES agradeceu ao conselheiro Moysés ressaltando que tinha muito

- 1485 tempo de Conselho e nesse tempo sempre observou que ele sempre soube conduzir o grupo da Secretaria
1486 Executiva. Disse que falava isso com respeito e em nome de toda a equipe do CES, que inclusive sempre
1487 havia falado muito bem dele, lembrando que a sua saída seria uma falta muito grande.
- 1488 O Senhor Secretário Geral agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão e agendando a
1489 próxima reunião para o dia 10 de julho de 2014, quinta-feira, às 14 horas. Não havendo mais o que tratar,
1490 eu Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do Conselho de Saúde, lavrei a presente ata, que será
1491 assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.
1492 Salvador, 11 de junho de 2014.
- 1493 Washington Luis Silva Couto (Presidente)
- 1494 Elisabete Lima de Moraes (Secretária Executiva)
- 1495 Aldenilson Viana Rangel
- 1496 Célia Maria Alexandria de Oliveira (Secretária Adjunta)
- 1497 Déborah Dourado Lopes
- 1498 Edson Moraes de Oliveira
- 1499 Eliane Araújo Simões
- 1500 Fernando Antônio Duarte Dantas
- 1501 Francisco Jorge Silva Magalhães
- 1502 Gislene Villas Boas Torres da Silva
- 1503 Isadora Oliveira Maia
- 1504 José Pondé Junior
- 1505 José Silvino Gonçalves dos Santos
- 1506 Josivaldo de Jesus Gonçalves
- 1507 Josuéilton de Jesus Santos
- 1508 Júlio César Vieira Braga
- 1509 Leonídia Laranjeira Fernandes
- 1510 Lílian Fátima Barbosa Marinho
- 1511 Marcos Antônio Almeida Sampaio
- 1512 Maria do Carmo Brito de Moraes
- 1513 Maria Helena Machado Santa Cecília
- 1514 Maria Helena Ramos Belos
- 1515 Mário José da Conceição
- 1516 Moysés Longuinho Toniolo de Souza (Secretário Geral)
- 1517 Olívia Santos Pereira
- 1518 Ricardo Luiz Dias Mendonça
- 1519 Stela dos Santos Souza

Nome do arquivo: Ata da 209ª Reunião Ordinária do CES CORRIGIDA
BETE
Pasta: X:\GASEC\CES_CIB\Ces\ATAS\ATAS 2014
Modelo: C:\Users\emoraes\AppData\Roaming\Microsoft\Modelos\
Normal.dot
Título: Ata da 204ª Reunião Ordinária do
Assunto:
Autor: emoraes
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 09/07/2014 15:41:00
Número de alterações:13
Última gravação: 26/08/2014 14:34:00
Salvo por: emoraes
Tempo total de edição: 44 Minutos
Última impressão: 26/08/2014 14:35:00
Como a última impressão
Número de páginas: 29
Número de palavras: 23.351 (aprox.)
Número de caracteres: 126.100 (aprox.)